

CREDENCIAMENTO

01/2026

CONTRATANTE

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONVALE

OBJETO

CREDENCIAMENTO DE **PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**, INCLUSIVE **EMPRESÁRIO INDIVIDUAL**, DEVIDAMENTE REGISTRADAS NO **CREA E/OU CAU**, CUJO OBJETO SOCIAL OU ATIVIDADE PROFISSIONAL CONTEMPLE SERVIÇOS TÉCNICOS NAS ÁREAS DE **ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA**, PARA A PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS**, DE FORMA **EVENTUAL E SOB DEMANDA**, CONFORME CRITÉRIOS, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDOS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PARA ATENDER OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONVALE.

DATA ABERTURA

Data: 17/03/2026, às 09:00 horas

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 4.000.000,00(quatro milhões)

MODO DE SELEÇÃO:

Art. 79 Inc II Lei 14.133/2021 - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO

PLATAFORMA

www.licitanet.com.br

EDITAL**CONVALE – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UBERABA - ESTADO DE MINAS GERAIS****CREDENCIAMENTO Nº 01/2026**

Processo Administrativo nº 02/2026

Torna-se público que o **CONVALE – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, através do Presidente do CONVALE com endereço à Rua Antônio Moreira de Cravalho, 135, Sala 02, Boa Vista - Uberaba / MG – CEP: 38.017-250, por meio do setor de Licitações, realizará licitação, na modalidade Credenciamento, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

- 1.1. O presente edital de chamamento público está fundamentado no inciso I, do art. 79, da Lei 14.133 de 2021, bem como nos princípios que regem a Administração Pública.
- 1.2. Referido edital ainda constará publicado integralmente com todos os seus anexos, no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas.
- 1.3. Conforme consta do Inciso XLIII do artigo 6º da Lei Federal de nº 14.133/2021, o Credenciamento Público é um processo administrativo de chamamento público, em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens, para que preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto, quando convocados.
- 1.4. Não se trata o credenciamento de uma modalidade de licitação, pois não existe concorrência e ou competição, já que todas as empresas e pessoas físicas que preencherem os requisitos deste instrumento convocatório serão CREDENCIADAS.
- 1.5. O Credenciamento Público é um procedimento auxiliar das licitações e das contratações, conforme disposto no Artigo 78º da Lei Federal de nº 14.133/2021.

2. DO OBJETO

O objeto do presente procedimento é o CREDENCIAMENTO DE **PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, INCLUSIVE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL**, DEVIDAMENTE REGISTRADAS NO **CREA E/OU CAU**, CUJO OBJETO SOCIAL OU ATIVIDADE PROFISSIONAL CONTEMPLE SERVIÇOS TÉCNICOS NAS ÁREAS DE **ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA**, PARA A PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS**, DE FORMA **EVENTUAL E SOB DEMANDA**, CONFORME CRITÉRIOS, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDOS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PARA ATENDER OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONVALE.

A remuneração dos serviços prestados tem como parâmetro os valores estabelecidos neste edital, feito com base em pesquisas realizadas.

- 2.1. Os credenciados deverão especificar quais os itens que têm interesse.
- 2.2. O presente credenciamento terá validade de 01 (um) ano, a contar da homologação do processo, em que o quantitativo do serviço será dividido pela ordem de

credenciamento, sendo que se houver empate, será realizado sorteio para fins de desempate.

2.3.O credenciamento não obriga a administração pública a contratar. Por se tratar de um Credenciamento, o CONSÓRCIO poderá contratar os serviços quando houver necessidade, não tendo ainda obrigação de efetuar quaisquer contratações, quando tudo será pautado no interesse público e conveniência administrativa.

2.4.Os profissionais habilitados poderão ser convocados, a critério da entidade pública, para formalização do Termo de Adesão de Credenciamento.

2.5. Após a assinatura do Termo de Adesão de Credenciamento pelo profissional habilitado, as convocações para a prestação dos serviços ocorrerão a critério da entidade pública, observando-se rigorosamente o sistema de ordem de credenciamento, cuja distribuição da demanda ocorrerá nos termos do art 79, inc II da Lei 14.133/2021, ou seja, com seleção a critério do órgão municipal participante.

2.6.Com base nesse procedimento, serão emitidas as Ordens de Execução de Serviço para a realização do serviço, conforme as necessidades da administração e os termos estabelecidos pela entidade pública. Salvo pedido de descredenciamento, o registro de requerimento de participação do profissional interessado e a assinatura do Termo de Adesão de Credenciamento implicam seu aceite das eventuais alterações supervenientes no Edital de Credenciamento - Chamamento Público.

2.7.A contratação do profissional credenciado será realizada por meio de Termo de Adesão de Credenciamento de Prestação de Serviços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

3.1.Poderão participar deste credenciamento os interessados que previamente cadastrados e credenciados no CONSÓRCIO.

3.2.O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação no momento da habilitação.

3.5.Não poderão participar do credenciamento:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.5. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.5.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

3.8. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.9. A vedação de que trata o item 3.5.3 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO EM SE CREDENCIAR.

4.1. Após a publicação deste edital, será conferido aos interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis para organizarem sua documentação, sendo que a Administração começará a análise de todos os interessados a partir do primeiro dia útil após o término do prazo acima, ficando o credenciamento permanentemente aberto para futuros interessados até o limite de sua vigência.

4.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

4.3. No valor da contratação estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção em se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.5. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção em se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:

4.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.6.O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da pessoa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.7.O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.8.A falsidade da declaração de que trata o item 4.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9.Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. **DA HABILITAÇÃO**

5.1.Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.2.Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia legível.

5.3.O órgão credenciante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.

5.4.A habilitação será verificada através de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais e não-digitais.

5.5.É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus documentos de habilitação e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.5.1.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação no momento da habilitação.

5.6. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

5.6.1.Os documentos exigidos para habilitação serão protocolados ***via sistema eletrônico licitanet (www.licitanet.com.br)***.

5.7.Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

5.7.1.complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e

5.7.2.atualização de documentos cuja validade tenha expirado.

5.8.Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

5.9.Caso a Comissão de Contratação para Credenciamento solicite a realização de diligências complementares, como previsto no item 5.7, o profissional inscrito deverá atender ao pedido realizado no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

5.10.Após o decurso do prazo do item 5.9 sem manifestação do profissional inscrito ou sem a entrega dos documentos faltantes, a Comissão de Contratação para Credenciamento

comunicará ao requerente que a proposta foi inabilitada por ausência de apresentação da documentação e de atendimento da diligência.

5.11. Conferida a documentação e considerada apta para o credenciamento, a Comissão de Contratação para Credenciamento emitirá parecer técnico favorável que atestará os requisitos de habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e trabalhista, nos autos do processo administrativo do credenciamento, remetendo-o à Alta Administração, para demais providências.

5.12. Os demais documentos de habilitação e qualificação técnica estão estabelecidos no termo de referência anexo a este edital, devendo ser observados e atendidos por todos os interessados.

6. DOS RECURSOS

6.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024.

6.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.

6.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:

6.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada em 03 (três) dias úteis, sob pena de preclusão;

6.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.

6.4. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico (e-mail, protocolo eletrônico, portal do órgão, entre outros).

6.5. O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

6.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

6.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.9. Os resultados dos recursos interpostos serão divulgados por meio da plataforma licitanet.

7. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

7.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. **Multa:**

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 7.1, de 5% a 30% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 7.1, de 5% a 15% do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 7.1, a multa será de 5.% a 20% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 7.1, a multa será de 5.% a 20% do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 7.1, a multa será de 5.% a 20% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.3.1. Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

8.2. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer três dias que antecedem a data de abertura do credenciamento, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

8.3. Serão admitidas Impugnações do Edital por intermédio de *e-mail* convale.operacional@gmail.com.

8.4. Será admitida, no entanto, Impugnação remetida via correspondência física para o endereço citado, desde que seja **recebido** pelo Conc no prazo estipulado no item anterior. O recebimento em data posterior será considerado **intempestivo**.

8.5. Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

9. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

9.1. O resultado com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no Edital de Credenciamento - Chamamento Público será publicado por meio de Ata de Divulgação da Lista de Credenciados e Descredenciados e estará permanentemente disponível e atualizado no sítio eletrônico <https://www.convalemg.gov.br> conforme condições estabelecidas em Edital de Credenciamento - Chamamento Público.

9.2. A lista de credenciadas será homologada e divulgada com a classificação da ordem de distribuição das demandas dos credenciados conforme critério de experiência e certificações estabelecidos no edital de credenciamento.

9.3. Os profissionais que registrarem o requerimento de participação em data posterior ao período estabelecido para o ciclo de credenciamento e que forem considerados habilitados

pela Comissão de Contratação para Credenciamento passarão a integrar a lista de profissionais credenciados, a partir do último número da ordem de contratação da lista do primeiro ciclo.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

10.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 03 (três) dias úteis.

10.4. O prazo de que trata o item 10.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

10.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração deverá realizar consulta para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

10.6. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 12 (doze) meses.

10.7. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.8. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCRENCIAMENTO

11.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

11.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

11.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:

11.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 30 (trinta) dias;

11.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

11.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

11.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

11.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

11.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

11.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão

ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

12. DA CONTRATAÇÃO, VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

12.1. Após a divulgação da lista de empresas / profissionais habilitados, a Administração convocará cada um para assinatura do Termo de Credenciamento, sendo que a ausência de assinatura no referido instrumento jurídico dentro do prazo estipulado neste edital implicará na perda do direito ao credenciamento.

12.2. A convocação do profissional credenciado para a assinatura do Termo de Credenciamento ocorrerá por meio de mensagens eletrônicas encaminhadas pela Comissão de Contratação para Credenciamento e/ou pelo gestor da unidade demandante, para o e-mail e o celular informados no requerimento de participação, sendo responsabilidade do credenciado manter seus dados de contato atualizados junto ao Município.

12.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração é de 03 (três) dias úteis.

12.4. O prazo de que trata o item 12.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

12.5. O profissional credenciado que não realizar a assinatura do Termo de Credenciamento de Prestação de Serviços nos prazos previstos neste Edital será descredenciado.

12.6. Quando convocado para execução do objeto, o profissional credenciado deverá comprovar que mantém todos os requisitos de habilitação exigidos no Edital de Credenciamento - Chamamento Público, para fins de assinatura de contrato de credenciamento.

12.7. A assinatura de Termo de Credenciamento de Prestação de Serviços não estabelece ou gera qualquer obrigação contratual ao Município e tampouco gera qualquer vínculo empregatício ou funcional do credenciado com o Município, visto que a prestação de serviços de que trata este Edital possui caráter autônomo e eventual.

12.8. As contratações ocorrerão conforme a necessidade da CONTRATANTE, de forma autônoma e eventual, a cada demanda pela prestação dos serviços, em complementaridade à capacidade da GESTORA DO CONTRATO de compor a demanda, observada a disponibilidade orçamentária e financeira e de força de trabalho, enquanto perdurar a situação fática e os motivos que ensejaram a publicação do presente Edital, adotando instrumentos aptos à substituição do contrato, conforme admitido pelo artigo 95, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.9. As empresas serão convocadas conforme solicitação do Município participante, cuja distribuição da demanda dependerá única e exclusivamente do órgão, nos termos do Item 2.5 do Edital.

12.10. Caso o credenciado não tenha interesse na contratação deverá declinar expressamente no prazo de 03 (três) dias úteis. A inércia do credenciado também será interpretada como desistência ao direito de contratar com a administração pública.

12.11. O(A) CREDENCIADO(A) deverá iniciar as suas atividades no dia informado pelo contratante.

12.12. **Vigência dos contratos** A vigência dos contratos decorrentes do credenciamento é de 01 (um) ano, contada da assinatura do instrumento contratual - Termo de Adesão de Credenciamento de Prestação de Serviços, podendo ser prorrogado até o limite de 05 (cinco) anos, conforme estabelecido no artigo 106, da Lei Federal nº 14.133/2021 e será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.13. **Alteração dos contratos** Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021.

13. REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da execução do objeto serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária do exercício de 2026.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.2 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico convale.operacional@gmail.com.

15.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.5.1. ANEXO I - Termo de Referência

15.5.2 ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

15.5.3 ANEXO III – Declarações

15.5.4 ANEXO IV – Modelo de Proposta.

15.5.5. ANEXO V – Planilha Orçamentária.

Uberaba/MG, 13 de fevereiro de 2026.

CELSON PIRES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, INCLUSIVE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL, DEVIDAMENTE REGISTRADAS NO CREA E/OU CAU, CUJO OBJETO SOCIAL OU ATIVIDADE PROFISSIONAL CONTEMPLE SERVIÇOS TÉCNICOS NAS ÁREAS DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, DE FORMA EVENTUAL E SOB DEMANDA, CONFORME CRITÉRIOS, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDOS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PARA ATENDER OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONVALE.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	UNID	VALOR ESTIMADO ANUAL
01	CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS , INCLUSIVE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL , DEVIDAMENTE REGISTRADAS NO CREA E/OU CAU , CUJO OBJETO SOCIAL OU ATIVIDADE PROFISSIONAL CONTEMPLE SERVIÇOS TÉCNICOS NAS ÁREAS DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA , PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS , DE FORMA EVENTUAL E SOB DEMANDA , CONFORME CRITÉRIOS, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDOS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PARA ATENDER OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONVALE.	01	SV	R\$4.000.000,00

1.1.O fornecedor será selecionado por meio da realização de **PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de **ESCOLHA DE TERCEIROS** - caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação **(art 79, inc II da Lei 14.133/2021)**.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1.O CONVALE, composto atualmente por 13 (treze) municípios consorciados, visa à execução de serviços em múltiplos municípios de maneira concomitante e sob demanda, atendendo às demandas locais com eficiência, e tempestividade. Considerando o volume e a diversidade das necessidades dos entes consorciados, a natureza do serviço a ser prestado, e a necessidade de ampla cobertura territorial, torna-se imprescindível que o Consórcio disponha do maior número possível de prestadores de serviço habilitados e prontos para atendimento imediato.

2.2.Nesse contexto, a opção pela adoção do credenciamento mostra-se não apenas legítima, como também a solução mais adequada e vantajosa, em consonância com o que dispõe o Acórdão 2977/2021-TCU-Plenário. De acordo com o referido acórdão, o credenciamento é cabível quando:

"a administração planeja a realização de múltiplas contratações de um mesmo tipo de objeto, em determinado período, e demonstra que a opção por dispor da maior rede possível de fornecedores para contratação direta, sob condições uniformes e predefinidas, é a única viável ou é mais vantajosa do que outras alternativas para atendimento das finalidades almejadas".

2.3.O Consórcio precisa atender, de forma ágil e eficiente, às demandas dos municípios consorciados, sendo necessário que vários prestadores estejam disponíveis para atuação simultânea. Devido à grande extensão territorial abrangida, é fundamental dispor de prestadores alocados estrategicamente em diferentes localidades, viabilizando o pronto atendimento das demandas.

2.4.O credenciamento, com condições previamente definidas e uniformes, permite a contratação direta conforme a necessidade, garantindo a eficiência da prestação do serviço e a adequada aplicação dos recursos públicos.

2.5.O procedimento adotado será objetivo, isonômico, impessoal e amplamente transparente, assegurando que todos os interessados que atendam aos requisitos possam ser contratados.

2.6.Portanto, a adoção do procedimento de credenciamento, com edital aberto a todos os interessados que preencham os requisitos fixados e sob condições previamente estipuladas, é a medida que melhor atende às necessidades do Consórcio, garantindo eficiência administrativa, economicidade e o pleno atendimento do interesse público.

2.7. Os valores devidos ao credenciado terão como referência os **parâmetros estabelecidos na planilha**, constante do Anexo deste instrumento, observados os limites orçamentários, a compatibilidade com o mercado e a disponibilidade financeira.

DA JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS E DA ECONOMICIDADE

2.8. O CONVALE, por sua natureza cooperativa e supramunicipal, atua na execução de políticas públicas de forma compartilhada, concentrando altas demandas técnicas e logísticas que exigem respostas céleres e custos padronizados para os entes consorciados.

2.9.Diante da amplitude territorial e do volume de serviços requisitados, a Administração optou pela fixação prévia de preços de remuneração, utilizando como parâmetro as tabelas oficiais SUDECAP, SEINFRA e COPASA. Tal medida justifica-se pela necessidade de garantir:

- **Aproveitamento de Recursos:** A utilização de tabelas auditadas assegura que o gasto público esteja estritamente alinhado aos preços de mercado, garantindo a economicidade;
 - **Previsibilidade Orçamentária:** Permite que os 13 municípios consorciados planejem suas obras com base em custos conhecidos e uniformes, evitando variações injustificadas entre as contratações.
- 2.10. O procedimento de credenciamento preserva a livre adesão de prestadores (Pessoas Físicas e Jurídicas) que preencham os requisitos de habilitação, não configurando competição direta ou disputa de lances entre os interessados. Os profissionais aderem voluntariamente aos valores fixados pelo CONVALE, o que assegura um tratamento isonômico e uma rede de atendimento capilarizada.
- 2.11. Portanto, a definição da planilha orçamentária com base nos referenciais oficiais (SUDECAP/SEINFRA/COPASA) constitui o critério objetivo de remuneração deste chamamento, visando a otimização da despesa, a agilidade na contratação e a segurança jurídica de que todos os serviços serão remunerados de forma justa e técnica.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo de credenciamento para a contratação de empresas especializadas em CREDENCIAMENTO DE **PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, INCLUSIVE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL**, DEVIDAMENTE REGISTRADAS NO **CREA E/OU CAU**, CUJO OBJETO SOCIAL OU ATIVIDADE PROFISSIONAL CONTEMPLE SERVIÇOS TÉCNICOS NAS ÁREAS DE **ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA**, PARA A PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS**, DE FORMA **EVENTUAL E SOB DEMANDA**, CONFORME CRITÉRIOS, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDOS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PARA ATENDER OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONVALE.

A medida justifica-se pela necessidade de garantir aos municípios consorciados ao CONVALE acesso ágil e qualificado a serviços técnicos essenciais, em áreas que exigem conhecimento específico e responsabilidade técnica legalmente atribuída a profissionais registrados nos respectivos conselhos de classe. O credenciamento possibilita:

- **Atendimento imediato e sob demanda** às demandas dos municípios, sem necessidade de processos licitatórios individualizados para cada contratação eventual.
- **Segurança jurídica e técnica**, assegurando que os serviços sejam executados por profissionais devidamente habilitados e registrados nos órgãos competentes.
- **Eficiência administrativa**, ao ampliar a rede de prestadores disponíveis e reduzir prazos para execução de serviços.
- **Flexibilidade operacional**, permitindo que cada município consorciado selecione, conforme sua necessidade, o profissional ou empresa credenciada mais adequada ao serviço requerido.
- **Qualidade e responsabilidade técnica**, garantindo que os serviços atendam às normas técnicas e legais vigentes, com emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), conforme o caso.

Dessa forma, o credenciamento constitui instrumento indispensável para assegurar que os municípios consorciados ao CONVALE possam contar com suporte técnico especializado em engenharia e arquitetura, promovendo maior eficiência na gestão pública, segurança nas contratações e qualidade na execução dos serviços.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Trata-se de uma prestação específica, isto é, a prestação dos serviços exaure-se na obtenção dos resultados pretendidos. O objeto exige capacitação específica, não se caracterizando como serviço corriqueiro que está inserido na rotina da Administração Pública.

3.2. Além disso, as possibilidades financeiras do Município são escassas para o atendimento das demandas reprimidas, devendo o Administrador Público, a fim de encontrar o equilíbrio entre o atendimento das necessidades e as possibilidades financeiras, equacionar essa questão sob a ótica da priorização de ações efetivas e legítimas, visando implementar o incremento da receita municipal.

3.3. Pelo exposto, vemos a necessidade de se contratar empresa com notório conhecimento da matéria administrativa, que possua profissionais com experiência na condução pois tal função exige um apoio operacional de profissional qualificado e com conhecimentos especializados aptos a promover os serviços solicitados para o regular e célere desenvolvimento dos trabalhos, de forma mais econômica e eficiente

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução proposta consiste no procedimento auxiliar de Credenciamento, de acordo com o art. 78, I, da Lei nº 14.133/2021, define o **credenciamento** como um dos procedimentos auxiliares das licitações e contratações administrativas. Ele permite a contratação paralela e não excludente, sendo útil quando a Administração busca selecionar múltiplos prestadores de serviços ou fornecedores para a mesma demanda, desde que todos preencham os requisitos estabelecidos.

4.2. 4.2. A hipótese de contratação fundamenta-se no Art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, caracterizando-se como contratação paralela e não excludente, onde a Administração busca formar uma rede de prestadores aptos a atender às demandas de engenharia e arquitetura dos Municípios Consorciados, conforme a necessidade e localização de cada ente..

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os serviços serão prestados por pessoa física ou jurídica especializada, devendo estar devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e determinações exigidas nesse instrumento e no termo de referência.

5.2. O contratado deverá providenciar, perante o CREA-MG e/ou CAU-MG, as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs/RRTs correspondentes a cada Ordem de Serviço e às especialidades pertinentes aos serviços previstos, quando couber, bem como as autorizações exigidas pelos órgãos de controle e fiscalização competentes, necessárias à execução dos serviços.

5.3. As atividades desempenhadas pelo contratado serão dirigidas e requisitadas pelo Município consorciado, sendo aferidas consoantes requisições prévias. Os serviços deverão ser desenvolvidos de maneira proativa, mediante apontamento de soluções para resguardar benefícios e afastar prejuízos à coletividade e à Administração Municipal, observando-se sempre o objeto contratado.

5.4. A empresa contratada será responsável por todos os custos necessários ao cumprimento o objeto licitado inclusive tributos, encargos sociais, deslocamentos da equipe técnica até o município, hospedagem e alimentação e quaisquer outros ônus que por ventura possam recair sobre a realização do serviço objeto da presente licitação

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.5. Não se aplica a presente contratação.

Da vedação de contratação de marca ou produto

5.6. Não se aplica a presente contratação.

Da exigência de amostra

5.7. Não se aplica a presente contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

5.8. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

Da Subcontratação

5.9. Fica vedada a subcontratação da prestação dos serviços objeto do contrato nos termos do § 2º do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO:

O contrato administrativo é, em regra, por sua natureza, pessoal, daí por que cumprindo preceito constitucional, através da licitação, a Administração Pública examina a capacidade e a idoneidade da (o) contratada (o), cabendo-lhe executar pessoalmente o objeto do contrato, sem transferir as responsabilidades ou subcontratar, a não ser que haja autorização do contratante. Suas cláusulas e as normas de direito público regem-no diretamente, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, numa perfeita miscigenação e sincronia.

A Lei nº 14.133/2021 autoriza que a Administração avalie a conveniência de se permitir a subcontratação, respeitados os limites predeterminados, nos termos do art. 122, *verbis*:

“Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação”.

Depreende-se do dispositivo supra que a subcontratação só é admitida quando autorizada no edital de licitação ou no contrato. O CONVALE, em consonância com o art. 122 da Lei nº 14.133/2021, entendeu pela conveniência de não permitir a subcontratação. Tal decisão

fundamenta-se na natureza dos serviços de engenharia e arquitetura, que exigem vínculo direto de responsabilidade técnica (ART/RRT) entre o profissional credenciado e a Administração. Considerando que o credenciamento visa selecionar profissionais e empresas por sua expertise específica e capacidade técnica própria, a subcontratação poderia comprometer a fiscalização e a segurança das obras e projetos, dificultando a gestão do contrato e a aferição da qualidade técnica individual exigida no edital.

Garantia da contratação

5.10. Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

6.1. Após a publicação do Edital de Credenciamento, os profissionais ou empresas interessadas deverão apresentar a documentação de habilitação técnica e jurídica exigida, comprovando obrigatoriamente o registro regular no CREA ou CAU. Os documentos de habilitação serão analisados pelo Agente de Contratação.

6.2. Sendo habilitado, o profissional ou empresa será convocado para a assinatura do Termo de Credenciamento e integrará a lista oficial de prestadores aptos a atender os Municípios Consorciados ao CONVALE.

6.3. A credenciada ficará responsável pela execução técnica dos serviços requisitados (projetos, laudos ou fiscalização), devendo obrigatoriamente emitir a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) específica para cada demanda antes do início das atividades.

Garantia contratual

6.4. Não será exigida garantia contratual

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

7.7. A fiscalização técnica imediata da execução do objeto caberá ao Município beneficiário, por meio de fiscal designado, sem prejuízo da gestão e supervisão geral realizada pelo CONVALE.

7.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.9. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.17. Cabe ao gestor do contrato:

7.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado,

com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item "d", de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "e" a "h" de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "c", de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

- 8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.
- 8.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.
- 8.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:
- 8.2.4.8.1. Deixar de entregar item solicitado em ordem de fornecimento sem comprovar motivo justo ou fator superveniente imprevisível.
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Liquidação

9.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.2.1. o prazo de validade;

9.2.2. a data da emissão;

9.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.2.5. o valor a pagar; e

9.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

9.5. A Administração deverá consultar a regularidade fiscal da contratada para:

9.5.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

9.5.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.6. A situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação fiscal.

Prazo de pagamento

9.10. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

9.11. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

9.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.15. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.16. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

9.17. Não haverá antecipações de pagamento

Cessão de crédito

9.18. Não será admitida a sessão de crédito

Reajuste

9.19. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.20. Após o interregno de um ano, os preços serão atualizados mediante a adoção da versão mais recente das tabelas de referência (SUDECAP, SEINFRA ou COPASA) vigentes à época da solicitação do serviço, mantendo-se a compatibilidade com os preços de mercado..

9.21. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.22. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.23. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.24. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.25. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.26. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de **PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de **ESCOLHA DE TERCEIROS** - caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação (art 79, inc II da Lei 14.133/2021).

Do prazo de vigência do contrato

10.2. O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta meses) contado a partir da data de sua assinatura nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, com eficácia legal a partir da publicação de seu extrato, facultando-se ao **CONTRATANTE** extingui-lo a qualquer época, nas hipóteses legais contidas na Lei nº 14.133/2021.

Da prorrogação

10.3. Por se tratar o objeto do contrato de fornecimento contínuo, seu prazo de vigência poderá ser prorrogado, sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA** ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do art.107, da Lei nº 14.133/2021.

10.4. O **CONTRATANTE** terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, nos termos do inciso III, do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

10.5. DAS ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

10.6. O contrato poderá sofrer alterações, com as devidas justificativas, obedecidas às disposições contidas no art. 124, da Lei nº 14.133/2021, sendo que as quantidades previstas neste Termo de Referência poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25%, exceto para casos de reforma de edifícios ou equipamentos, onde o limite será de até 50%, conforme o Art. 125 da Lei nº 14.133/2021. As alterações unilaterais a que se refere este item não poderão transfigurar o objeto da contratação.

Exigências de habilitação

10.7. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Pessoa física:

a) Habilitação jurídica:

- documento oficial de identificação com foto;
- comprovante de inscrição no **Cadastro de Pessoas Físicas – CPF**.

b) Qualificação técnica e profissional:

- **registro profissional ativo** no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/MG** ou no **Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/MG**, conforme a área de atuação;
- **diploma de graduação em Engenharia e/ou Arquitetura**, devidamente reconhecido e registrado pelo **Ministério da Educação – MEC**.

Os documentos poderão ser apresentados em **formato digital ou físico**, em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original para conferência, ou ainda por meio de **documentos eletrônicos passíveis de verificação em bases oficiais**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Pessoa Jurídica:

Para fins de credenciamento, a **pessoa jurídica** deverá comprovar sua **habilitação jurídica e qualificação técnica**, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Habilitação jurídica:

- **registro comercial**, no caso de **empresário individual**;
- **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedade empresária, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do **ato de eleição de seus administradores**;
- **inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedade simples, acompanhada de **documento comprobatório da diretoria em exercício**, quando houver;
- **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI**, quando se tratar de **microempreendedor individual – MEI**.

b) Qualificação técnica:

- **comprovação de inscrição ou registro da pessoa jurídica**, bem como de seus **responsáveis técnicos**, junto ao **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA** e/ou ao **Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU**, da jurisdição da sede da empresa, **com situação regular e dentro do prazo de validade**.

Os documentos poderão ser apresentados em **meio físico ou eletrônico**, em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original para conferência, ou ainda por meio de **documentos digitais passíveis de verificação em bases oficiais**, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.

10.8 - Regularidade Fiscal e Trabalhista para pessoas físicas e jurídicas:

Para fins de credenciamento, os interessados deverão comprovar a **regularidade fiscal e trabalhista**, conforme sua natureza jurídica, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Pessoa jurídica:

- prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ**;
- prova de regularidade perante a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, emitida pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- prova de regularidade perante a **Fazenda Estadual**, por meio de certidão emitida pelo órgão competente do Estado da sede do interessado;

- prova de regularidade perante a **Fazenda Municipal**, por meio de certidão emitida pelo órgão competente do Município da sede do interessado;
- prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, nos termos da CLT.

b) Pessoa física:

- prova de regularidade perante a **Fazenda Federal**, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;
- prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, quando aplicável.

§1º As **microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos da **Lei Complementar nº 123/2006**, deverão apresentar a documentação de regularidade fiscal ainda que esta apresente restrições, assegurado o prazo legal para regularização.

10.9 - Qualificação Técnica (Regularidade Técnica):

A qualificação técnica dos interessados será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos, observando-se a natureza do serviço e a área de atuação pretendida no credenciamento:

a) Pessoa física:

- registro profissional ativo no CREA ou CAU, conforme a área de atuação;
- diploma de curso superior em Engenharia e/ou Arquitetura, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC;
- Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA ou CAU, compatível com o objeto do credenciamento.

b) Pessoa jurídica:

- comprovação de registro da empresa e de seus responsáveis técnicos junto ao CREA ou CAU, em situação regular;
- comprovação de capacidade técnica profissional, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA ou CAU, em nome do(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s);
- comprovação de que o(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) integra(m) o quadro permanente da empresa, por meio de vínculo empregatício, contrato de prestação de serviços ou participação societária, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§1º Serão aceitos exclusivamente atestados relativos à elaboração de projetos de arquitetura, engenharia e orçamentos, desde que explicitamente descritos, não sendo admitidas descrições genéricas ou implícitas.

§2º Os atestados deverão demonstrar aptidão para execução de serviços compatíveis em características, complexidade e natureza com os serviços objeto deste credenciamento.

§3º Poderá ser exigida a apresentação de currículo profissional da pessoa física ou dos responsáveis técnicos da pessoa jurídica, exclusivamente para fins de caracterização da experiência técnica, vedada sua utilização como critério de pontuação ou julgamento.

Disposições gerais sobre habilitação

10.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.11. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.13. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.14. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

ATIVIDADES TÉCNICAS:

10.15. Os serviços técnicos compreendem, dentre outros, o **desenvolvimento, elaboração, compatibilização e aprovação de projetos de engenharia e arquitetura**, bem como orçamentos de obras, incluindo, mas não se limitando às seguintes modalidades:

- Projeto arquitetônico e de reforma com acessibilidade
- Projetos estruturais (concreto armado, estruturas metálicas e fundações)
- Projetos hidráulicos, sanitários, pluviais e drenagem
- Projetos elétricos, telecomunicações, lógica, SPDA, CFTV, alarme, automação predial
- Projetos de prevenção e combate a incêndio
- Projetos topográficos, viários, terraplenagem, galerias, pontes, viadutos, contenções
- Projetos ambientais e recuperação de áreas degradadas
- Laudos, pareceres técnicos e avaliações estruturais
- Compatibilização e coordenação de projetos
- Orçamentos de obras e serviços de engenharia

10.16. As atividades abrangem **todos os serviços técnicos reconhecidos e regulamentados pelo CREA/CAU**, desde que compatíveis com o objeto do credenciamento.

10.17. Os serviços deverão ser executados em conformidade com:

- Este Termo de Referência e o Edital
- Normas técnicas da ABNT
- Normas do CREA/CAU
- Legislação federal, estadual e municipal aplicável

10.18– ATIVIDADES TÉCNICAS DE INTERESSE PARA CREDENCIAMENTO:

10.18.1– TOTAL: Levantamento da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento, execução e aprovação, em órgãos regulamentadores competentes, de projeto arquitetônico; projeto de reforma contemplando acessibilidade; cálculo estrutural de concreto armado; cálculo estrutural em estruturas metálicas; projetos de fundação; galerias; pontes; viadutos; aterros; arrimos; sistemas de contenção; represas; instalações hidráulicas, sanitárias, de incêndio; instalações elétricas, automatismo, cabeamento estruturado, CFTV, alarme, ar condicionado, telefonia, lógica, SPDA, som, TV e monitoramento; projetos topográficos, arruamentos, estradas e drenagem; projetos de prevenção e proteção contra incêndio e pânico; projetos para recuperação de áreas degradadas; e demais projetos complementares correlatos.

Compatibilização de todos os projetos, indicando suas interferências nas pranchas de arquitetura. Montagem final e fusão das especificações de todos os projetos em Caderno de Encargos e orçamento único para a obra.

Pré-requisitos:

- Elaboração de orçamento de obras;
- Coordenação e desenvolvimento de projetos de qualquer especialidade.

10.18.2- ARQ – Levantamento cadastral da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento de projeto de Arquitetura. Aprovação do projeto em órgãos regulamentadores competentes. Elaboração das especificações técnicas de materiais, equipamentos e serviços; memorial descritivo, caderno de encargos e orçamento das obras que se referem aos projetos básicos elaborados, parte arquitetônica.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Desenvolvimento de projeto legal de Arquitetura
- Desenvolvimento de projeto básico de Arquitetura

10.18.3- ESTRUT – Levantamento cadastral da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento, execução e aprovação (caso necessário) em órgãos regulamentadores competentes, de projeto básico de Estruturas (concreto ou metálica), inclusive fundação. Elaboração das Especificações Técnicas de materiais, equipamentos e serviços; Memorial Descritivo; Caderno de Encargos e Orçamento das obras que se referem aos projetos básicos elaborados.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Desenvolvimento de projetos básicos de estrutura

10.18.4- HIDR – Levantamento da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento, execução e aprovação em órgãos regulamentadores competentes, de projetos de Instalações Hidráulicas, Sanitárias, combate a incêndio e pânico; drenagem e demais projetos correlatos. Elaboração das especificações técnicas de materiais, equipamentos e serviços, memorial descritivo, Caderno de Encargos e orçamento de obra referente aos projetos e especificações executados.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Desenvolvimento de projetos de instalações hidráulicas e sanitárias
- Desenvolvimento de projetos de sistemas de prevenção e combate a incêndio

10.18.5 - ELET – Levantamento da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento, execução e aprovação em órgãos regulamentadores competentes, de projetos básicos de Instalações Elétricas, automação predial, Cabeamento Estruturado (dados e voz), SPDA, CFTV, Alarme de incêndio e demais projetos correlatos. Elaboração das especificações técnicas de materiais, equipamentos e serviços, memorial descritivo, Caderno de Encargos e orçamento de obra referente aos projetos e especificações executados.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Desenvolvimento de projetos de instalações elétricas e de telecomunicações
- Desenvolvimento de projetos de sistemas de proteção contra descargas atmosféricas – SPDA

10.18.6 – ARCON – Levantamento da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento, execução e aprovação em órgãos regulamentadores competentes, de projetos básicos de Ar Condicionado. Elaboração das Especificações Técnicas de materiais, equipamentos e serviços; Memorial Descritivo; Caderno de Encargos e Orçamento das obras que se referem aos projetos básicos elaborados.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Desenvolvimento de projetos de instalações de ar condicionado

10.18.7 - TERRAPL – Levantamento topográfico e cadastral da situação do, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento, e execução do projeto básico de terraplenagem.

Elaboração das Especificações Técnicas de materiais, equipamentos e serviços; Memorial Descritivo; Caderno de Encargos e Orçamento das obras que se referem aos projetos básicos elaborados Elaboração do Caderno de Encargos e orçamento referente aos projetos e especificações executados.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Desenvolvimento de projetos básico de terraplanagem

10.18.8 - COMPAT – Compatibilização de todos os projetos, indicando suas interferências nas pranchas de Arquitetura. Revisão das especificações de toda a obra. Montagem final e fusão em documento único das especificações técnicas de materiais, equipamentos e serviços, bem como do Caderno de Encargos.

Pré-requisitos:

- Coordenação e desenvolvimento projetos de qualquer especialidade
- Desenvolvimento de projeto Arquitetura
- Desenvolvimento de projetos de instalações hidráulicas e sanitárias
- Desenvolvimento de projetos de sistemas de prevenção e combate a incêndio
- Desenvolvimento de projetos de instalações elétricas e de telecomunicações
- Desenvolvimento de projetos de sistemas de proteção contra descargas atmosféricas - SPDA
- Desenvolvimento de projetos de instalações de ar condicionado
- Elaboração de orçamento de obras

10.18.9 - ORC – Execução de orçamentos de obras de engenharia.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras

10.18.10 - LAUDO – Elaboração de parecer, especificação, diretriz para reforço, restauração e recuperação de estruturas de concreto, metálica ou de madeira de edificações e coberturas. Vistoria, levantamento e avaliação das características da edificação, segurança e estabilidade da estrutura existente (metálica/concreto armado/madeira etc), estrutura de cobertura existente (metálica, concreto, madeira). Levantamento fotográfico. Caderno de Encargos e Orçamento das obras que se referem aos projetos básicos elaborados Elaboração do Caderno de Encargos e orçamento referente aos projetos e especificações executados.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Emissão de laudo de estabilidade e/ou laudo estrutural.

10.18.11 - FUN – Levantamento da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento de projeto de Fundação. Aprovação do projeto em órgãos regulamentadores competentes. Elaboração do Caderno de Encargos e orçamento de obra referente aos projetos e especificações executados.

10.18.12. - AMB – Levantamento da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento de consultoria, análise e projeto para recuperação de áreas degradadas. Aprovação do projeto em órgãos regulamentadores competentes. Elaboração do Caderno de Encargos e orçamento de obra referente aos projetos e especificações executados.

10.19.- A CONTRATADA é responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas vigentes, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Termo de Referência, inclusive quanto às normas de acessibilidade, ambientais, patrimônio histórico, artístico, cultural e paisagístico.

10.20 – DA METODOLOGIA BIM

10.20.1 - Todos os projetos, estudos, compatibilizações e documentos técnicos objeto deste Termo de Referência **deverão ter como entrega final modelos desenvolvidos em metodologia BIM – Building Information Modeling.**

10.20.2 - As entregas mínimas em BIM deverão contemplar, conforme a natureza do serviço:

- a) Modelagem tridimensional compatível com a disciplina técnica contratada;
- b) Compatibilização entre projetos, com identificação de interferências;
- c) Extração de quantitativos e subsídios para orçamento;
- d) Geração de pranchas, memoriais, especificações e cadernos de encargos a partir do modelo;
- e) Entrega de arquivos nativos editáveis e arquivos em formato aberto interoperável (IFC ou equivalente).

10.20.3 - O nível de desenvolvimento do modelo (LOD) e demais requisitos específicos poderão ser definidos na **Ordem de Serviço**, conforme a complexidade da demanda.

10.20.4 - A exigência de BIM **não restringe o uso de softwares específicos**, sendo admitidas soluções distintas, desde que compatíveis com padrões abertos de interoperabilidade e com os requisitos definidos pelo CONVALE.

10.21– REMUNERAÇÃO DE HONORÁRIOS:

10.21.1 Os valores de referência para remuneração dos serviços terão como base a **Tabela** anexa ao Edital.

10.21.2 O pagamento estará condicionado:

- À execução efetiva dos serviços
- À emissão de Ordem de Serviço
- À medição, atesto e aceite pela fiscalização

10.22 - INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DOS ANEXOS E "CHECK LIST":

10.22.1 - Ler atentamente o Edital e o Contrato;

10.22.2 - Todas as peças que compõem os anexos a serem entregues deverão estar assinadas/rubricadas pelo representante legal da empresa. Os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados no original, em cópia autenticada por cartório ou por publicação em órgão da imprensa oficial. A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, por funcionário do CONTRATANTE devidamente identificado. A empresa deverá entregar a documentação exclusivamente no CONVALE.

10.23 – FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES:

10.23.1 - A execução das atividades decorrentes deste Termo de Referência será fiscalizada **pelo município consorciado demandante**, por meio de **servidor ou agente público formalmente designado**, que atuará como **Fiscal do Contrato**, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

10.23.2 - Compete ao Fiscal do Contrato designado pelo município demandante:

- a) acompanhar a execução dos serviços contratados;
- b) verificar a conformidade técnica das entregas, inclusive quanto às **entregas em metodologia BIM**, quando exigidas;
- c) atestar a execução dos serviços para fins de medição e pagamento;
- d) comunicar ao CONVALE e à CONTRATADAS eventuais irregularidades, inconformidades ou descumprimentos contratuais;
- e) solicitar correções, ajustes ou complementações técnicas necessárias à adequada execução dos serviços.

10.23.3 - O CONVALE exercerá a **coordenação administrativa e institucional do credenciamento**, competindo-lhe:

- a) emitir a Ordem de Serviço;
- b) manter o cadastro de credenciados;
- c) controlar a distribuição das demandas;

- d) processar a contratação, aditivos e pagamentos, quando aplicável;
- e) apoiar tecnicamente o município demandante sempre que solicitado.

10.23.4 - As decisões técnicas do Fiscal do Contrato, quando relacionadas à execução dos serviços, **prevalecerão para fins de aceitação, rejeição ou necessidade de correção das entregas**, sem prejuízo das competências administrativas do CONVALE.

10.23.5 - A existência e atuação do Fiscal do Contrato **não exime a CONTRATADA da responsabilidade integral** pela execução dos serviços, pela qualidade técnica das entregas, pelo atendimento às normas legais, técnicas e profissionais aplicáveis, bem como pelos resultados obtidos.

10.23.6 - Sempre que necessário, o município demandante poderá designar **Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo**, observado o disposto no art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1. Das Obrigações do Contratante

11.2. Providenciar, perante o CREA-MG e/ou CAU-MG, as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs/RRTs correspondentes a cada Ordem de Serviço e às especialidades pertinentes aos serviços previstos, quando couber, bem como as autorizações exigidas pelos órgãos de controle e fiscalização competentes, necessárias à execução dos serviços.

11.3. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições legais, normativas e acordos relativos à legislação social, trabalhista e previdenciária em vigor, especialmente no que se refere ao pessoal alocado na execução dos serviços objeto da contratação, nos termos dos arts. 121 e 122 da Lei nº 14.133/2021.

11.4. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas, contribuições e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto da contratação, até o recebimento definitivo dos serviços.

11.5. O responsável técnico indicado na fase de habilitação deverá assumir e conduzir a execução dos serviços, devendo participar de todas as reuniões, tratativas técnicas e esclarecimentos junto ao CONVALE e ao município demandante, sempre que convocado.

11.6. - Concluir as atividades obedecendo rigorosamente aos prazos estabelecidos na Ordem de Serviço emitida pelo CONVALE.

11.7. - A CONTRATADA fornecerá toda a mão de obra, materiais, equipamentos, softwares, licenças, ferramentas e insumos necessários à plena execução dos serviços contratados.

11.8. Arcar integralmente com os custos relativos a taxas, emolumentos, tributos, aprovações de projetos, obtenção de licenças, autorizações e demais despesas necessárias à regular execução dos serviços, até o seu recebimento definitivo.

12. Das Obrigações do Contratado

12.1. 12.1. Executar o objeto desse credenciamento com qualidade e eficiência, dentro dos padrões e prazos exigidos pelo Credenciante e segundo os padrões e detalhamentos técnicos constantes do neste instrumento.

12.2. 12.2. Cumprir todas as demais obrigações principais e acessórias constantes em Termo de Referência, em Edital de Licitação, em seus Anexos, assumindo seus riscos e as despesas

decorrentes de imperfeições dos serviços, conforme especificações, prazo e local predeterminados, acompanhada da respectiva nota fiscal.

12.3. Responder pelas despesas relativas a frete, encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas em razão da execução do objeto deste registro.

12.4. Designar um responsável, idôneo e habilitado, com poderes para representá-la, receber notificações da fiscalização dos Municípios consorciados e deliberar sobre todos os assuntos, visando ao bom e fiel cumprimento do contrato.

12.5. Conferir e analisar a regularidade e exatidão dos documentos recebidos e elaborar as peças técnicas relativas à propositura, defesa, impugnação, recursos e todos os demais atos processuais necessários;

12.6. Manter, às suas expensas e risco, o serviço de controladoria, acompanhamento e controle de publicações judiciais decorrentes dos processos sob sua condução, inclusive nos portais eletrônicos;

12.7. Comunicar imediatamente eventual alteração de seu endereço profissional, de forma a garantir o recebimento de toda e qualquer comunicação ou notificação judicial, sob pena de responder pelas consequências de perda de prazo e de demais prejuízos processuais;

12.8. Submeter ao Município consorciado, por escrito, qualquer proposta de desistência, assim como fundamentar a não propositura de ação ou não adoção de medida judicial, extrajudicial e/ou administrativa, não podendo a ausência de submissão formal ser interpretada como autorização tácita;

12.9. Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, e comerciais resultantes da execução do contrato;

12.10. Declarar estar em dia com as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias;

12.11. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, bem como por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros no período de prestação de serviços ao CONTRATANTE, inclusive durante a locomoção e transporte de equipamentos e pessoal aos locais de trabalho;

12.12. Responsabilizar-se integralmente por sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à consecução dos trabalhos durante toda a execução do contrato dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação das penalidades previstas;

12.13. Responder, a qualquer tempo, pela qualidade dos serviços prestados;

12.14. Comparecer, sempre que solicitada, a sede da fiscalização, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções ou participar de reuniões, que poderão realizar-se em outros locais;

12.15. Observar, no decorrer da prestação do serviço, todos os termos da Lei Federal nº. 14.133/2021 e normas complementares, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.

12.16. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e condições de assinatura do contrato exigidas por ocasião da licitação que precedeu este ajuste, obrigando-se, ainda, a comunicar a unidade requisitante, toda e qualquer alteração dos dados cadastrais, para atualização, podendo a Administração requerer a sua comprovação, a qualquer tempo, durante a vigência do contrato.

12.17. Os serviços deverão ser executados por profissionais comprovadamente capacitados.

12.18. Guardar e fazer com que seus prepostos empregados guardem absoluto sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pela CONTRATANTE, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor aceitável pelo consórcio e municípios.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do CONVALE do exercício de 2026.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Uberaba/MG, 11 de Fevereiro de 2026.

VANESSA SILVA FARIA
DIRETORA GERAL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) é o CREDENCIAMENTO DE **PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**, INCLUSIVE **EMPRESÁRIO INDIVIDUAL**, DEVIDAMENTE REGISTRADAS NO **CREA E/OU CAU**, CUJO OBJETO SOCIAL OU ATIVIDADE PROFISSIONAL CONTEMPLE SERVIÇOS TÉCNICOS NAS ÁREAS DE **ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA**, PARA A PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS**, DE FORMA **EVENTUAL E SOB DEMANDA**, CONFORME CRITÉRIOS, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDOS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PARA ATENDER OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONVALE.

JUSTIFICATIVA

O CONVALE, composto atualmente por 13 (treze) municípios consorciados, visa à execução de serviços em múltiplos municípios de maneira simultânea e contínua, atendendo às demandas locais com eficiência, e tempestividade. Considerando o volume e a diversidade das necessidades dos entes consorciados, a natureza do serviço a ser prestado, e a necessidade de ampla cobertura territorial, torna-se imprescindível que o Consórcio disponha do maior número possível de prestadores de serviço habilitados e prontos para atendimento imediato.

Nesse contexto, a opção pela adoção do credenciamento mostra-se não apenas legítima, como também a solução mais adequada e vantajosa, em consonância com o que dispõe o Acórdão 2977/2021-TCU-Plenário. De acordo com o referido acórdão, o credenciamento é cabível quando:

"a administração planeja a realização de múltiplas contratações de um mesmo tipo de objeto, em determinado período, e demonstra que a opção por dispor da maior rede possível de fornecedores para contratação direta, sob condições uniformes e predefinidas, é a única viável ou é mais vantajosa do que outras alternativas para atendimento das finalidades almejadas".

O Consórcio precisa atender, de forma ágil e eficiente, às demandas dos municípios consorciados, sendo necessário que vários prestadores estejam disponíveis para atuação simultânea. Devido à grande extensão territorial abrangida, é fundamental dispor de prestadores alocados estrategicamente em diferentes localidades, viabilizando o pronto atendimento das demandas.

O credenciamento, com condições previamente definidas e uniformes, permite a contratação direta conforme a necessidade, garantindo a eficiência da prestação do serviço e a adequada aplicação dos recursos públicos.

O procedimento adotado será objetivo, isonômico, impessoal e amplamente transparente, assegurando que todos os interessados que atendam aos requisitos possam ser contratados.

Portanto, a adoção do procedimento de credenciamento, com edital aberto a todos os interessados que preencham os requisitos fixados e sob condições previamente estipuladas, é a medida que melhor atende às necessidades do Consórcio, garantindo eficiência administrativa, economicidade e o pleno atendimento do interesse público.

Os valores de referência para remuneração dos serviços terão como base a **Tabela SUDECAP, SEINFRA E COPASA** anexa ao Edital.

O pagamento estará condicionado:

- À execução efetiva dos serviços
- À emissão de Ordem de Serviço
- À medição, atesto e aceite pela fiscalização

REQUISITOS E QUANTITATIVOS:

Os serviços serão executados por profissionais habilitados na área de engenharia e/ou arquitetura, com o devido registro no respectivo Conselho de Classe Profissional, para a elaboração de projeto básico, projeto legal e/ou executivo, incluindo todos os elementos e aprovações legais necessárias, desenhos, orçamentos, estimativa de custos, memórias de cálculo, cronogramas de obras e especificações, serão efetivados por demanda, para suprir necessidades pontuais de serviços técnicos e especializados nas áreas, não sendo possível, neste momento estabelecer o quantitativo exato a ser executado, considerando que as demandas nessa área possuem um caráter dinâmico.

A presente contratação, por meio de Credenciamento (Art. 79 da Lei nº 14.133/2021), adota um modelo de execução sob demanda e eventual, o que justifica a ausência de quantitativos exatos e predefinidos para cada item de serviço no momento da publicação do Edital. Tal opção administrativa fundamenta-se nos seguintes pontos:

1. Natureza Consorcial e Incerteza da Demanda: O CONVALE atende a 13 (treze) municípios com realidades socioeconômicas e necessidades de infraestrutura distintas. A flutuação na captação de recursos externos (convênios estaduais e federais) e as emergências locais tornam impossível a previsão exata de quantos projetos de cada tipologia (pontes, escolas, praças, etc.) serão requisitados ao longo do exercício.

2. Inviabilidade de Padronização Quantitativa: Diferente da aquisição de bens comuns, os serviços de engenharia e arquitetura possuem complexidades variáveis. Um 'projeto de drenagem' para um município pode demandar esforço técnico significativamente superior ao

de outro, inviabilizando a fixação de uma 'quantidade unitária' rígida sem prejuízo à fidedignidade do planejamento.

LEVANTAMENTO DE MERCADO (Possíveis formas de atendimento da demanda):

- Contratação de Empresa Especializada na elaboração de projetos, perícias, laudos e pareceres observando as normas técnicas vigentes;
- Credenciamento de profissionais e/ou empresas da área de engenharia e arquitetura para atendimento tempestivo das demandas, tão logo sejam identificadas ao longo dos exercícios;

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO: Há previsão orçamentária para o presente exercício de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões) anual para o atendimento da demanda de serviços técnicos de engenharia e/ou arquitetura. Cada projeto/tarefa terá suas peculiaridades. Instruído o processo para a contratação, o valor comporá os autos que serão submetidos a análise, deliberação e autorização do CONVALE. O valor de cada execução dos serviços técnicos elaborados pelo contratado terá base legal e técnica nos normativos vigentes vinculado ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-MG) e ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-MG).

DA JUSTIFICATIVA DO VALOR GLOBAL ESTIMADO

O montante global de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) foi estabelecido como um Teto Operacional de Referência, dimensionado com base nos seguintes critérios técnicos:

1. Capacidade Orçamentária e Programação Financeira: O valor reflete o limite orçamentário consolidado pelo CONVALE para o exercício, destinado ao suporte técnico dos entes consorciados, funcionando como uma reserva de contingência para projetos de engenharia;
2. Perfil Multidisciplinar das Demandas: Considerando a alta complexidade dos serviços (Projetos em BIM, Pontes, Viadutos e Infraestrutura Urbana), o valor global contempla a possibilidade de execução de demandas de grande vulto por parte dos municípios maiores, bem como o atendimento capilarizado de pequenas demandas dos municípios menores, garantindo que o teto financeiro suporte ambas as realidades sem interrupção do serviço;
3. Imprevisibilidade Qualitativa: Dada a natureza do Credenciamento, o valor global não se vincula a uma cota por município, mas sim à ordem de chegada das demandas e à disponibilidade de saldo, permitindo que o Consórcio otimize os recursos em favor dos entes que apresentarem projetos prioritários e aptidão para execução imediata.

Portanto, a definição de um valor global de referência, atrelada a tabelas oficiais de preços e sem quantidades fixas, é a solução que melhor garante a agilidade administrativa e a eficiência orçamentária, permitindo que o CONVALE atenda prontamente a qualquer demanda dos municípios sem a necessidade de novos e morosos processos licitatórios para cada projeto específico

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO: Das soluções encontradas no item levantamento de mercado, tem-se os seguintes detalhamentos: **Contratação de Empresa Especializada.** Descrição da solução: consiste em manter os tramites ordinários dos procedimentos licitatórios com contratação de Empresa Especializada, conforme levantamento das necessidades. Pontos positivos: conhecimento das unidades em relação à instrução procedimental da licitação. Pontos negativos: a) morosidade nos processos de contratação com prazos excessivamente elásticos; b) o procedimento licitatório é oneroso, levando-se em consideração o tempo de serviço dedicado pelos servidores na instrução processual; c) algumas demandas requererem projetos pequenos e/ou menos complexos cujo o valor é de pequeno vulto, assim, há o risco do não interesse das empresas para esse tipo de contratação, culminando em fracasso na licitação; d) oscilação dos preços entre as contratações, considerando a base da pesquisa de mercado.

Credenciamento de profissionais na área de engenharia e arquitetura. Descrição da solução: credenciar profissionais especialistas nas áreas afins de engenharia e arquitetura, podendo ser liberal ou pessoa jurídica. Pontos positivos: a) execução com qualidade e expertise necessárias; b) otimização do prazo de contratação quando comparado ao rito ordinário de contratação; c) diminuição das intempéries passíveis de ocorrer na seleção do fornecedor na etapa licitatória, que repercute na etapa de execução; d) maior alcance de profissionais visto que o Edital de Credenciamento pode ser mantido aberto e apto a receber novos cadastrados por extenso período de tempo; e) o credenciamento é dinâmico, possibilitando o registro de vários profissionais. Pontos negativos: a) os profissionais estarão vinculados a uma lista devendo obedecer a ordem, a depender do critério a ser adotado em Edital de chamamento ao público; b) em caso de haver necessidade de complementação de projetos, este não necessariamente seriam realizados pelo mesmo profissional.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO: Para cada projeto, laudo e vistoria será efetuada uma contratação, sendo considerado serviço único não divisível.

INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO

Em linhas iniciais, faz-se necessário arrolar que o Consórcio tem a prerrogativa de tomar as diligências indispensáveis a fim de dotar de maior racionalidade e destreza os procedimentos administrativos para o registro de preços do serviço em comento.

Aproveito para salientar que a atual Gestão busca adotar procedimentos atinentes ao contingenciamento de despesas, objetivando a otimização dos gastos públicos. Nesta direção, esta Pasta está empenhada em adequar-se à realidade da Gestão Municipal dos Municípios Consorciados.

Trata-se de uma prestação específica, isto é, a prestação dos serviços exaure-se na obtenção dos resultados pretendidos. O objeto exige capacitação específica, não se caracterizando como serviço corriqueiro que está inserido na rotina da Administração Pública.

Além disso, as possibilidades financeiras do Município são escassas para o atendimento das demandas reprimidas, devendo o Administrador Público, a fim de encontrar o equilíbrio entre o atendimento das necessidades e as possibilidades financeiras, equacionar essa questão sob a ótica da priorização de ações efetivas e legítimas, visando implementar o incremento da receita municipal.

Pelo exposto, vemos a necessidade de se contratar empresa com notório conhecimento, que possua profissionais com experiência na condução pois tal função exige um apoio operacional de profissional qualificado e com conhecimentos especializados aptos a promover os serviços solicitados para o regular e célere desenvolvimento dos trabalhos, de forma mais econômica e eficiente.

DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Tendo em vista a natureza do objeto, a remuneração deverá ser efetuada mediante CREDENCIAMENTO DE **PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, INCLUSIVE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL**, DEVIDAMENTE REGISTRADAS NO **CREA E/OU CAU**, CUJO OBJETO SOCIAL OU ATIVIDADE PROFISSIONAL CONTEMPLE SERVIÇOS TÉCNICOS NAS ÁREAS DE **ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA**, PARA A PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS**, DE FORMA **EVENTUAL E SOB DEMANDA**, CONFORME CRITÉRIOS, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDOS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PARA ATENDER OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONVALE.

Os serviços serão prestados por pessoa jurídica especializada, devendo estar devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e determinações exigidas nesse instrumento e no termo de referência.

As atividades desempenhadas pelo contratado serão dirigidas e requisitadas pelo Município consorciado, sendo aferidas consoantes requisições prévias. Os serviços deverão ser desenvolvidos de maneira proativa, mediante apontamento de soluções para resguardar benefícios e afastar prejuízos à coletividade e à Administração Municipal, observando-se sempre o objeto contratado.

A empresa contratada será responsável por todos os custos necessários ao cumprimento o objeto licitado inclusive tributos, encargos sociais, deslocamentos da equipe técnica até o município, hospedagem e alimentação e quaisquer outros ônus que por ventura possam recair sobre a realização do serviço objeto da presente licitação.

RESULTADOS PRETENDIDOS

Com o credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, inclusive empresários individuais, devidamente registrados no CREA e/ou CAU, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- **Disponibilidade imediata de profissionais habilitados** para atender às demandas técnicas dos municípios consorciados, sem necessidade de processos licitatórios específicos para cada contratação eventual.
- **Aprimoramento da eficiência administrativa**, reduzindo prazos e custos operacionais ao ampliar a rede de prestadores de serviços especializados.
- **Garantia de qualidade e responsabilidade técnica**, assegurando que todos os serviços sejam executados conforme normas legais e técnicas vigentes, com emissão de ART ou RRT.
- **Flexibilidade na contratação**, permitindo que cada município selecione, conforme sua necessidade, o profissional ou empresa credenciada mais adequada ao serviço requerido.
- **Segurança jurídica**, ao garantir que os serviços sejam prestados por profissionais devidamente registrados nos conselhos de classe competentes.

- **Fortalecimento da gestão pública consorciada**, promovendo maior integração e suporte técnico aos municípios, com soluções rápidas e qualificadas para demandas de engenharia e arquitetura.

Em síntese, o resultado pretendido é assegurar **agilidade, qualidade, segurança e eficiência** na prestação de serviços técnicos especializados, contribuindo para o desenvolvimento e a melhoria da infraestrutura e da gestão pública dos municípios consorciados ao CONVALE.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

A administração municipal deverá definir os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O objeto da contratação não pressupõe a realização de outras contratações correlatas ou interdependentes, satisfazendo integralmente em si seu objeto.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Em exame da natureza do objeto que se pretende nessa contratação, não se verifica impactos ambientais dignos de nota, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e políticas de sustentabilidade ambiental abordados na IN 01/2010 SLTI/MPOG.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

O presente estudo levantou os elementos essenciais que irão compor o Termo de Referência e demonstrou ser viável a contratação demandada. Este estudo preliminar evidenciou que a contratação da solução descrita no item 1.1 para os Municípios consorciados do CONVALE mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Ante ao exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

08- RESPONSÁVEIS

Membro da equipe de planejamento:

VANESSA SILVA FARIA

DIRETORA GERAL

09- APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar.

AUTORIDADE MÁXIMA

CELSON PIRES DE OLIVEIRA

-Presidente CONVALE-

Uberaba/MG, 11 de Fevereiro de 2026.

**CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL -
CONVALE**

(Processo Administrativo nº.....)

**TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI O CONVALE POR
INTERMÉDIO DO SEU PRESIDENTE E**

.....

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONVALE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 19.864.323/0001-51 e tem sua sede localizada na Rua Antonio Moreira Carvalho, 135, Sala: 02; - Boa Vista, Uberaba - MG, 38.017-250, representado neste ato pela Presidente Sr. **CELSON PIRES DE OLIVEIRA**, brasileiro, agente político, _____, residente à Rua _____, nº _____, Bairro _____, CEP nº _____, nesta cidade, portador Carteira de Identidade nº _____ e do CPF: _____, nomeado pela Portaria nº _____, de de de 2026, portador da Matrícula Funcional nº _____, doravante denominado CONTRATANTE, e _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento, decorrente do Instrumento auxiliar de Credenciamento n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é o CREDENCIAMENTO DE **PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**, INCLUSIVE **EMPRESÁRIO INDIVIDUAL**, DEVIDAMENTE REGISTRADAS NO **CREA E/OU CAU**, CUJO OBJETO SOCIAL OU ATIVIDADE PROFISSIONAL CONTEMPLE SERVIÇOS TÉCNICOS NAS ÁREAS DE **ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA**, PARA A PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS**, DE FORMA **EVENTUAL E SOB DEMANDA**, CONFORME CRITÉRIOS, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDOS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PARA ATENDER OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONVALE.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	--------	-------------------	------------	----------------	-------------

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1.O Termo de Referência;
- 1.2.2.O Edital da Licitação;
- 1.2.3.A Proposta do contratado;
- 1.2.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será pelo período de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1. Os serviços serão prestados por pessoa jurídica especializada, referência no mercado jurídico, com notório saber em Direito Público, devendo estar devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e determinações exigidas nesse instrumento e no termo de referência.

3.2. O contratado deverá prestar os serviços de assessoria e consultoria jurídica de forma prática e objetiva, contenciosos e acompanhamento processual em todos os graus de jurisdição.

3.3. As atividades desempenhadas pelo contratado serão dirigidas e requisitadas pelo Município consorciado, sendo aferidas consoantes requisições prévias. Os serviços deverão ser desenvolvidos de maneira proativa, mediante apontamento de soluções para resguardar benefícios e afastar prejuízos à coletividade e à Administração Municipal, observando-se sempre o objeto contratado.

3.4. A empresa contratada será responsável por todos os custos necessários ao cumprimento o objeto licitado inclusive tributos, encargos sociais, deslocamentos da equipe técnica até o município, hospedagem e alimentação e quaisquer outros ônus que por ventura possam recair sobre a realização do serviço objeto da presente licitação

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

6.3. O pagamento será realizado após emissão de nota fiscal pelo contratante devidamente autorizada pelo Município consorciado.

6.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a nota fiscal.

6.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os valores inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato; 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.8. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

8.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1.1. Executar o objeto desse credenciamento com qualidade e eficiência, dentro dos padrões e prazos exigidos pelo Credenciante e segundo os padrões e detalhamentos técnicos constantes do neste instrumento.

9.1.2. Cumprir todas as demais obrigações principais e acessórias constantes em Termo de Referência, em Edital de Licitação, em seus Anexos, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes de imperfeições dos serviços, conforme especificações, prazo e local predeterminados, acompanhada da respectiva nota fiscal.

9.1.3. Responder pelas despesas relativas a frete, encargos trabalhistas, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas em razão da execução do objeto deste registro.

9.1.4. Designar um responsável, idôneo e habilitado, com poderes para representá-la, receber notificações da fiscalização dos Municípios consorciados e deliberar sobre todos os assuntos, visando ao bom e fiel cumprimento do contrato.

9.1.5. Conferir e analisar a regularidade e exatidão dos documentos recebidos e elaborar as peças técnicas relativas à propositura, defesa, impugnação, recursos e todos os demais atos processuais necessários;

9.1.6. Manter, às suas expensas e risco, o serviço de controladoria, acompanhamento e controle de publicações judiciais decorrentes dos processos sob sua condução, inclusive nos portais eletrônicos;

9.1.7. Comunicar imediatamente eventual alteração de seu endereço profissional, de forma a garantir o recebimento de toda e qualquer comunicação ou notificação judicial, sob pena de responder pelas consequências de perda de prazo e de demais prejuízos processuais;

9.1.8. Submeter ao Município consorciado, por escrito, qualquer proposta de desistência, assim como fundamentar a não propositura de ação ou não adoção de medida judicial, extrajudicial e/ou administrativa, não podendo a ausência de submissão formal ser interpretada como autorização tácita;

9.1.9. Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.1.10. Declarar estar em dia com as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias;

9.1.11. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, bem como por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros no período de prestação de serviços ao CONTRATANTE, inclusive durante a locomoção e transporte de equipamentos e pessoal aos locais de trabalho;

9.1.12. Responsabilizar-se integralmente por sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à consecução dos trabalhos durante toda a execução do contrato dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação das penalidades previstas;

9.1.13. Responder, a qualquer tempo, pela qualidade dos serviços prestados;

9.1.14. Comparecer, sempre que solicitada, a sede da fiscalização, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções ou participar de reuniões, que poderão realizar-se em outros locais;

9.1.15. Observar, no decorrer da prestação do serviço, todos os termos da Lei Federal nº. 14.133/2021 e normas complementares, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.

9.1.16. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e condições de assinatura do contrato exigidas por ocasião da licitação que precedeu este ajuste, obrigando-se, ainda, a comunicar a unidade requisitante, toda e qualquer alteração dos dados cadastrais, para atualização, podendo a Administração requerer a sua comprovação, a qualquer tempo, durante a vigência do contrato.

9.1.17. Os serviços deverão ser executados por profissionais comprovadamente capacitados.

9.1.18. Guardar e fazer com que seus prepostos empregados guardem absoluto sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pela CONTRATANTE, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

10.2.4. Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.1, de 5% a 30% do valor do Contrato.

c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 10.1, de 5% a 15% do valor do Contrato.

d) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1, a multa será de 5.% a 20% do valor do Contrato.

e) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.1, a multa será de 5.% a 20% do valor do Contrato.

f) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 10.1, a multa será de 5.% a 20% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.3. Indenizações e multas.

11.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

11.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do CONVALE do exercício de 2026.

12.1. As dotações relativas aos exercícios financeiros subsequentes serão indicadas após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Uberaba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Uberaba/MG, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

ANEXO III – MODELOS DE DECLARAÇÕES

Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo

Processo Licitatório nº ____/2026

Credenciamento nº ____/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO DE **PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**, INCLUSIVE **EMPRESÁRIO INDIVIDUAL**, DEVIDAMENTE REGISTRADAS NO **CREA E/OU CAU**, CUJO OBJETO SOCIAL OU ATIVIDADE PROFISSIONAL CONTEMPLE SERVIÇOS TÉCNICOS NAS ÁREAS DE **ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA**, PARA A PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS**, DE FORMA **EVENTUAL E SOB DEMANDA**, CONFORME CRITÉRIOS, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDOS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PARA ATENDER OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONVALE.

A (empresa proponente), CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediada em xxxxxxxxxxxx/xx, na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Credenciamento nº. ____/2026, DECLARA expressamente que até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao Edital e ainda que:

- Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão;
- Não ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau de servidor público ou agente político, inclusive da autoridade nomeante, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, que for detentor de poder de influência sobre o resultado do certame, considerado todo aquele que participa, direta ou indiretamente, das etapas do processo de licitação.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome da empresa
Nome do representante legal da empresa
Assinatura representante legal da empresa

Declaração que atende os requisitos de habilitação

Processo Licitatório nº ____/2026

Credenciamento nº ____/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO DE **PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**, INCLUSIVE **EMPRESÁRIO INDIVIDUAL**, DEVIDAMENTE REGISTRADAS NO **CREA E/OU CAU**, CUJO OBJETO SOCIAL OU ATIVIDADE PROFISSIONAL CONTEMPLE SERVIÇOS TÉCNICOS NAS ÁREAS DE **ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA**, PARA A PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS**, DE FORMA **EVENTUAL E SOB DEMANDA**, CONFORME CRITÉRIOS, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDOS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PARA ATENDER OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONVALE.

A (empresa proponente) inscrita no CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) (nome e CPF do representante da empresa) DECLARA atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome da empresa
Nome do representante legal da empresa
Assinatura representante legal da empresa

Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social

Processo Licitatório nº ____/2026

Credenciamento nº ____/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO DE **PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, INCLUSIVE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL**, DEVIDAMENTE REGISTRADAS NO **CREA E/OU CAU**, CUJO OBJETO SOCIAL OU ATIVIDADE PROFISSIONAL CONTEMPLE SERVIÇOS TÉCNICOS NAS ÁREAS DE **ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA**, PARA A PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS**, DE FORMA **EVENTUAL E SOB DEMANDA**, CONFORME CRITÉRIOS, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDOS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PARA ATENDER OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONVALE.

A (empresa proponente) inscrita no CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) (nome e CPF do representante da empresa) DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome da empresa
Nome do representante legal da empresa
Assinatura representante legal da empresa

Declaração de Proposta

Processo Licitatório nº ____/2026

Credenciamento nº ____/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO DE **PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS**, INCLUSIVE **EMPRESÁRIO INDIVIDUAL**, DEVIDAMENTE REGISTRADAS NO **CREA E/OU CAU**, CUJO OBJETO SOCIAL OU ATIVIDADE PROFISSIONAL CONTEMPLE SERVIÇOS TÉCNICOS NAS ÁREAS DE **ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA**, PARA A PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS**, DE FORMA **EVENTUAL E SOB DEMANDA**, CONFORME CRITÉRIOS, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDOS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, PARA ATENDER OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONVALE.

A (empresa proponente) inscrita no CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) (nome e CPF do representante da empresa) DECLARA que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome da empresa
Nome do representante legal da empresa
Assinatura representante legal da empresa

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

[nome da empresa], [endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxxxxx], para fins do disposto no Edital Credenciamento nº ____/2026, **DECLARA** ao CONVALE, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, caso seja declarada vencedora do certame.

Declara, mais, sob as penalidades desta Lei, ser:

(☐) **MICROEMPRESA** - Receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais.

(☐) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** - Receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais.

(☐) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas na Lei Federal 14.133/21.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2026

Nome da empresa
Nome do representante legal da empresa
Assinatura representante legal da empresa



REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Deverá ser apresentado em papel timbrado ou com identificação da pretendente ao credenciamento, em 2 (duas) vias, a fim de que a 2ª via seja devolvida devidamente protocolada. Datar e assinar.

EMPRESA:

CNPJ

Razão social

Nome de fantasia

Número do CREA UF do CREA Inscrição estadual Data da criação UF vistos CREA

ENDEREÇO:

(rua, avenida, complemento e nº)

Bairro Município UF CEP

Telefone Celular Fax

E-mail:

ATIVIDADES TÉCNICAS DE INTERESSE PARA *CREDENCIAMENTO* A SEREM EXECUTADAS

(indicar as atividades de interesse da empresa):

1 (_____) - TOTAL – Levantamento da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento, execução e aprovação em órgãos regulamentadores competentes, de projeto arquitetônico; projeto de reforma contemplando acessibilidade; cálculo estrutural de concreto armado; cálculo estrutura em estruturas metálicas; projetos de fundação; galerias; pontes; viadutos; aterros; arrimos; sistemas de contenção; represas; Instalações Hidráulicas, Sanitárias, de Incêndio, de instalações elétricas, Automação, Cabeamento Estruturado, CFTV, Alarme, Ar Condicionado, telefonia, lógica, SPDA, som, Tv e monitoramento; projetos topográficos, arruamentos, estradas e drenagem; projetos de prevenção e proteção contra incêndio e pânico; projetos para recuperação de áreas degradadas, e demais projetos complementares correlatos. Compatibilização de todos os projetos, indicando suas interferências nas pranchas de Arquitetura. Montagem final e fusão

das especificações de todos os projetos em Caderno de Encargos - Parte IV e orçamento únicos para a obra.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Coordenação e desenvolvimento projetos de qualquer especialidade

2- () - ARQ – Levantamento cadastral da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento de projeto de Arquitetura. Aprovação do projeto em órgãos regulamentadores competentes. Elaboração das especificações técnicas de materiais, equipamentos e serviços; memorial descritivo, caderno de encargos e orçamento das obras que se referem aos projetos básicos elaborados, parte arquitetônica.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Desenvolvimento de projeto legal de Arquitetura
- Desenvolvimento de projeto básico de Arquitetura

3 () - ESTRUT – Levantamento cadastral da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento, execução e aprovação (caso necessário) em órgãos regulamentadores competentes, de projeto básico de Estruturas (concreto ou metálica), inclusive fundação. Elaboração das Especificações Técnicas de materiais, equipamentos e serviços; Memorial Descritivo; Caderno de Encargos e Orçamento das obras que se referem aos projetos básicos elaborados.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Desenvolvimento de projetos básicos de estrutura

4 () - HIDR – Levantamento da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento, execução e aprovação em órgãos regulamentadores competentes, de projetos de Instalações Hidráulicas, Sanitárias, combate a incêndio e pânico; drenagem e demais projetos correlatos. Elaboração das especificações técnicas de materiais, equipamentos e serviços, memorial descritivo, Caderno de Encargos e orçamento de obra referente aos projetos e especificações executados.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras

- Desenvolvimento de projetos de instalações hidráulicas e sanitárias
- Desenvolvimento de projetos de sistemas de prevenção e combate a incêndio

5 (_____) - **ELET** – Levantamento da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento, execução e aprovação em órgãos regulamentadores competentes, de projetos básicos de Instalações Elétricas, automação predial, Cabeamento Estruturado (dados e voz), SPDA, CFTV, Alarme de incêndio e demais projetos correlatos. Elaboração das especificações técnicas de materiais, equipamentos e serviços, memorial descritivo, Caderno de Encargos e orçamento de obra referente aos projetos e especificações executados.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Desenvolvimento de projetos de instalações elétricas e de telecomunicações
- Desenvolvimento de projetos de sistemas de proteção contra descargas atmosféricas – SPDA

6 (_____) – **ARCON** – Levantamento da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento, execução e aprovação em órgãos regulamentadores competentes, de projetos básicos de Ar Condicionado. Elaboração das Especificações Técnicas de materiais, equipamentos e serviços; Memorial Descritivo; Caderno de Encargos e Orçamento das obras que se referem aos projetos básicos elaborados.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Desenvolvimento de projetos de instalações de ar condicionado

7 (_____) - **TERRAPL** – Levantamento topográfico e cadastral da situação do, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento, e execução do projeto básico de terraplenagem. Elaboração das Especificações Técnicas de materiais, equipamentos e serviços; Memorial Descritivo; Caderno de Encargos e Orçamento das obras que se referem aos projetos básicos elaborados Elaboração do Caderno de Encargos e orçamento referente aos projetos e especificações executados.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Desenvolvimento de projetos básico de terraplanagem

8 () - COMPAT – Compatibilização de todos os projetos, indicando suas interferências nas pranchas de Arquitetura. Revisão das especificações de toda a obra. Montagem final e fusão em documento único das especificações técnicas de materiais, equipamentos e serviços, bem como do Caderno de Encargos.

Pré-requisitos:

- Coordenação e desenvolvimento projetos de qualquer especialidade
- Desenvolvimento de projeto Arquitetura
- Desenvolvimento de projetos de instalações hidráulicas e sanitárias
- Desenvolvimento de projetos de sistemas de prevenção e combate a incêndio
- Desenvolvimento de projetos de instalações elétricas e de telecomunicações
- Desenvolvimento de projetos de sistemas de proteção contra descargas atmosféricas - SPDA
- Desenvolvimento de projetos de instalações de ar condicionado
- Elaboração de orçamento de obras

9 () - ORC – Execução de orçamentos de obras de engenharia.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras

10 () - LAUDO – Elaboração de parecer, especificação, diretriz para reforço, restauração e recuperação de estruturas de concreto, metálica ou de madeira de edificações e coberturas. Vistoria, levantamento e avaliação das características da edificação, segurança e estabilidade da estrutura existente (metálica/concreto armado/madeira etc), estrutura de cobertura existente (metálica, concreto, madeira). Levantamento fotográfico. Caderno de Encargos e Orçamento das obras que se referem aos projetos básicos elaborados Elaboração do Caderno de Encargos e orçamento referente aos projetos e especificações executados.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Emissão de laudo de estabilidade e/ou laudo estrutural.

11() - FUN – Levantamento da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento de projeto de Fundação. Aprovação do projeto em órgãos regulamentadores competentes. Elaboração do Caderno de Encargos e orçamento de obra referente aos projetos e especificações executados.

12 (_____) - **AMB** – Levantamento da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento de consultoria, análise e projeto para recuperação de áreas degradadas. Aprovação do projeto em órgãos regulamentadores competentes. Elaboração do Caderno de Encargos e orçamento de obra referente aos projetos e especificações executados.

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, que:

- Recebemos os documentos que compõem o Edital de credenciamento nº. **001/2026** e que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento;
- Não fomos declarados inidôneos conforme o Edital de credenciamento;
- As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras, bem como que concordamos com os termos do Edital e seus anexos;
- Não há qualquer fato superveniente impeditivo do credenciamento; e,
- Estamos cientes e cumprimos o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, que reza o seguinte: "*proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.*"

Local/data

Recebido

Data Hora

/ /

Nome e assinatura do representante legal Assinatura/Carimbo

DECLARAÇÃO
ATIVIDADES TÉCNICAS DE INTERESSE PARA CREDENCIAMENTO
A SEREM EXECUTADAS

1 (_____) - TOTAL – Levantamento da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento, execução e aprovação em órgãos regulamentadores competentes, de projeto arquitetônico; projeto de reforma contemplando acessibilidade; cálculo estrutural de concreto armado; cálculo estrutura em estruturas metálicas; projetos de fundação; galerias; pontes; viadutos; aterros; arrimos; sistemas de contenção; represas; Instalações Hidráulicas, Sanitárias, de Incêndio, de instalações elétricas, Automatismo, Cabeamento Estruturado, CFTV, Alarme, Ar Condicionado, telefonia, lógica, SPDA, som, Tv e monitoramento; projetos topográficos, arruamentos, estradas e drenagem; projetos de prevenção e proteção contra incêndio e pânico; projetos para recuperação de áreas degradadas, e demais projetos complementares correlatos. Compatibilização de todos os projetos, indicando suas interferências nas pranchas de Arquitetura. Montagem final e fusão das especificações de todos os projetos em Caderno de Encargos - Parte IV e orçamento únicos para a obra.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Coordenação e desenvolvimento projetos de qualquer especialidade
- Formação Superior: Engenharia Civil ou Arquitetura.
- Comprovação de experiência: Ter atuado na elaboração de projeto de edificação, ou na execução ou gerenciamento de obra de edificação, ou na análise de projetos de edificação.
- Comprovando por meio de acervo técnico do CREA ou CAU.

2- (_____) - ARQ – Levantamento cadastral da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento de projeto de Arquitetura. Aprovação do projeto em órgãos regulamentadores competentes. Elaboração das especificações técnicas de materiais, equipamentos e serviços; memorial descritivo, caderno de encargos e orçamento das obras que se referem aos projetos básicos elaborados, parte arquitetônica.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Desenvolvimento de projeto legal de Arquitetura
- Desenvolvimento de projeto básico de Arquitetura

- Formação superior: Engenharia Civil ou Arquitetura.
- Comprovação de experiência: Ter atuado na(s) seguinte(s) atividade(s), comprovada(s) por meio de CAT ou ART/RRT:
- Elaboração de projeto de arquitetura de edificação com no mínimo 400 m².

3 () - ESTRUT – Levantamento cadastral da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento, execução e aprovação (caso necessário) em órgãos regulamentadores competentes, de projeto básico de Estruturas (concreto ou metálica), inclusive fundação. Elaboração das Especificações Técnicas de materiais, equipamentos e serviços; Memorial Descritivo; Caderno de Encargos e Orçamento das obras que se referem aos projetos básicos elaborados.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Desenvolvimento de projetos básicos de estrutura

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Desenvolvimento de projeto de Estrutura de Concreto Armado
- Formação superior: Engenharia Civil.

- Comprovação de experiência: Ter executado cálculo/projeto de fundações, relativos à edificação com no mínimo 400 m², comprovando por meio de acervo técnico do CREA.

4 () - HIDR – Levantamento da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento, execução e aprovação em órgãos regulamentadores competentes, de projetos de Instalações Hidráulicas, Sanitárias, combate a incêndio e pânico; drenagem e demais projetos correlatos. Elaboração das especificações técnicas de materiais, equipamentos e serviços, memorial descritivo, Caderno de Encargos e orçamento de obra referente aos projetos e especificações executados.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Desenvolvimento de projetos de instalações hidráulicas e sanitárias
- Formação Superior: Engenharia Civil ou Arquitetura.

- Comprovação de experiência: Ter executado projeto complementar para edificação, com no mínimo 400 m², comprovando por meio de acervo técnico do CREA ou CAU.

- Desenvolvimento de projetos de sistemas de prevenção e combate a incêndio

- Formação Superior: Engenharia Civil ou Arquitetura.
- Comprovação de experiência: Ter executado projeto complementar para edificação acima de 750 m², comprovando por meio de acervo técnico do CREA ou CAU.

5 (_____) - **ELET** – Levantamento da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento, execução e aprovação em órgãos regulamentadores competentes, de projetos básicos de Instalações Elétricas, automação predial, Cabeamento Estruturado (dados e voz), SPDA, CFTV, Alarme de incêndio e demais projetos correlatos. Elaboração das especificações técnicas de materiais, equipamentos e serviços, memorial descritivo, Caderno de Encargos e orçamento de obra referente aos projetos e especificações executados.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Desenvolvimento de projetos de instalações elétricas e de telecomunicações
- Desenvolvimento de projetos de sistemas de proteção contra descargas atmosféricas – SPDA
- Formação Superior: Engenharia Civil ou Arquitetura.
- Comprovação de experiência: Ter executado projeto complementar para edificação, com no mínimo 400 m², comprovando por meio de acervo técnico do CREA ou CAU.

6 (_____) – **ARCON** – Levantamento da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento, execução e aprovação em órgãos regulamentadores competentes, de projetos básicos de Ar Condicionado. Elaboração das Especificações Técnicas de materiais, equipamentos e serviços; Memorial Descritivo; Caderno de Encargos e Orçamento das obras que se referem aos projetos básicos elaborados.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Desenvolvimento de projetos de instalações de ar condicionado
- Formação Superior: Engenharia Civil ou Mecânica.
- Comprovação de experiência: Ter atuado na(s) seguinte(s) atividade(s), comprovada(s) por meio de CAT ou ART:
- Elaboração de projeto de instalação de ar condicionado central em edificação com no mínimo 400 m² comprovando por meio de acervo técnico do CREA.

7 (_____) - **TERRAPL** – Levantamento topográfico e cadastral da situação do, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento, e execução do projeto básico de terraplenagem. Elaboração das Especificações Técnicas de materiais, equipamentos e serviços; Memorial Descritivo; Caderno de Encargos e Orçamento das obras que se referem aos projetos básicos elaborados Elaboração do Caderno de Encargos e orçamento referente aos projetos e especificações executados.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Desenvolvimento de projetos básico de terraplanagem
- Formação Superior: Engenharia Civil
- Comprovação de experiência: Ter atuado na(s) seguinte(s) atividade(s), comprovada(s) por meio de CAT ou ART:
- Elaboração de projeto de instalação de ar condicionado central em edificação com no mínimo 400 m2 comprovando por meio de acervo técnico do CREA.

8 (_____) - **COMPAT** – Compatibilização de todos os projetos, indicando suas interferências nas pranchas de Arquitetura. Revisão das especificações de toda a obra. Montagem final e fusão em documento único das especificações técnicas de materiais, equipamentos e serviços, bem como do Caderno de Encargos.

Pré-requisitos:

- Coordenação e desenvolvimento projetos de qualquer especialidade
- Desenvolvimento de projeto Arquitetura
- Desenvolvimento de projetos de instalações hidráulicas e sanitárias
- Desenvolvimento de projetos de sistemas de prevenção e combate a incêndio
- Desenvolvimento de projetos de instalações elétricas e de telecomunicações
- Desenvolvimento de projetos de sistemas de proteção contra descargas atmosféricas - SPDA
- Desenvolvimento de projetos de instalações de ar condicionado
- Elaboração de orçamento de obras
- Formação Superior: Engenharia Civil ou Arquitetura.
- Comprovação de experiência: Ter atuado na(s) seguinte(s) atividade(s), comprovada(s) por meio de CAT ou ART:
- Elaboração de projeto complementar para edificação, com no mínimo 400 m2, comprovando por meio de acervo técnico do CREA ou CAU;

- Elaboração de projetos de sistemas de prevenção e combate a incêndio para edificação acima de 750 m², comprovando por meio de acervo técnico do CREA ou CAU;
- Elaboração de projeto de instalação de ar condicionado central em edificação com no mínimo 400 m², comprovando por meio de acervo técnico do CREA.

9 (_____) - ORC – Execução de orçamentos de obras de engenharia.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Formação Superior: Engenharia Civil ou Arquitetura.
- Comprovação de experiência: Ter atuado na(s) seguinte(s) atividade(s), comprovada(s) por meio de CAT ou ART/RRT:
- Elaboração de orçamento de edificação com no mínimo 400 m² de área construída.

10 (_____) - LAUDO – Elaboração de parecer, especificação, diretriz para reforço, restauração e recuperação de estruturas de concreto, metálica ou de madeira de edificações e coberturas. Vistoria, levantamento e avaliação das características da edificação, segurança e estabilidade da estrutura existente (metálica/concreto armado/madeira etc), estrutura de cobertura existente (metálica, concreto, madeira). Levantamento fotográfico. Caderno de Encargos e Orçamento das obras que se referem aos projetos básicos elaborados Elaboração do Caderno de Encargos e orçamento referente aos projetos e especificações executados.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Emissão de laudo de estabilidade e/ou laudo estrutural.
- Formação Superior: Engenharia Civil ou Arquitetura.
- Comprovação de experiência: Ter atuado na(s) seguinte(s) atividade(s), comprovada(s) por meio de CAT ou ART/RRT:
- Elaboração de orçamento de edificação com no mínimo 400 m² de área construída.

11(_____) - FUN – Levantamento da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento de projeto de Fundação. Aprovação do projeto em órgãos regulamentadores competentes. Elaboração do Caderno de Encargos e orçamento de obra referente aos projetos e especificações executados.

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Desenvolvimento de projeto de Fundação
- Formação superior: Engenharia Civil.
- Comprovação de experiência: Ter executado cálculo/projeto de fundações, relativos à edificação com no mínimo 400 m², comprovando por meio de acervo técnico do CREA.

12 (_____) - AMB – Levantamento da situação do imóvel existente, terreno e/ou edificação e seu entorno. Desenvolvimento de consultoria, análise e projeto para recuperação de áreas degradadas. Aprovação do projeto em órgãos regulamentadores

Pré-requisitos:

- Elaboração de Orçamento de obras
- Desenvolvimento de consultoria, análise e projeto para recuperação de áreas degradadas
- Formação superior: Agronomia, Engenharia Agrônômica, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil ou Engenharia Florestal.
- Comprovação de experiência: Ter atuado na(s) seguinte(s) atividade(s), comprovada(s) por meio de CAT ou ART competentes. Elaboração do Caderno de Encargos e orçamento de obra referente aos projetos e especificações executados.

NOME

CPF/CNPJ

ENDEREÇO:



DECLARAÇÃO (art. 7º, XXXIII da CF/88)
CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

A Empresa _____, CNPJ n.º _____, DECLARA, sob as penas da lei, que na mesma não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, na forma da lei.

Uberaba, MG ____ de ____ 2026.

Representante Legal



DECLARAÇÃO
(inexistência de fatos impeditivos)
CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

A empresa _____, CNPJ n.º _____, sediada
_____,
_____ (endereço completo), por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que, até a presente data, existem quaisquer fatos impeditivos para sua participação no presente processo licitatório, especialmente em relação aqueles descritos nos artigos 37, parágrafo primeiro 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, ciente a obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARA, ainda, sob as penas de lei, que não se encontra inscrita no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 13.994/01 e regulamentado pelo Decreto nº 45.906/2014.

Data e local

Nome e assinatura do Representante Legal



**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO
EDITAL E SEUS ANEXOS.
CREDENCIAMENTO Nº 001/2026.**

Empresa ou pessoa física _____, CNPJ/CPF n.º _____.

Após tomarmos conhecimento de todos os documentos do Edital desta licitação, declaramos, sob as penas da Lei e para os fins de participação, que todos os documentos foram examinados, e que assumimos total responsabilidade por quaisquer erros ou omissões na preparação da proposta.

Confirmamos a disponibilidade de equipamentos e da equipe técnica necessária à execução do objeto licitado.

Estamos cientes dos termos do Edital e de seus Anexos, inclusive da minuta de contrato, caso houver, manifestando concordância irrestrita com os termos dos mesmos e de que não poderemos alegar desconhecimento para alteração dos preços propostos ou para descumprimento do objeto da licitação. Declaramos aceitar todas as condições exigidas nesta licitação, e concordamos com os termos dos documentos que fazem parte integrante da mesma.

_____, em ____ de _____ de 20__.

Representante Legal

TERMO DE COMPROMISSO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

A Empresa/Pessoa física _____, participante do CREDENCIAMENTO Nº 01/2026, destinado a contratação de empresa de engenharia e arquitetura para execução, compatibilização de projetos de arquitetura e engenharia, suas aprovações em órgãos competentes, e orçamento de obras para o CONVALE, compromete-se a manter, na condução dos serviços, como Responsável Técnico, até a sua conclusão, o profissional _____, cujo atestado apresentado tenha atendido a exigência de capacidade técnica.

Declara que está ciente de que a substituição do referido profissional somente será possível, se previamente autorizada pelo CONVALE, com a devida justificativa e desde que o novo Responsável Técnico preencha todos os requisitos exigidos na habilitação técnica do Edital e, que o não cumprimento do presente compromisso implicará desobediência ao edital.

Local, data, identificação e assinatura do representante legal

CONCORDÂNCIA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Estou ciente e concordo com a indicação.

Nome, CREA/CAU, data e assinatura do responsável técnico

ANEXO V – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PLANILHA DE PREÇOS- CONVALE				BDI	BASES	
				25,0 7%	SUDE CAP	SETEMBR O/2025
					SEINF RA	OUTUBRO /2025
					COPA SA	JANEIRO/ 2026
ITE M	CÓD REF	ORIGE M	DESCRIÇÃO	UNI D	VALO R SEM BDI	VALOR COM BDI
01	SERVIÇOS PRELIMINARES					
1.1	AEROLEVANTAMENTOS E LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS					
1.1.1	CPU-001	EXTRA	LEVANTAMENTO POR IMAGEM AEREA ORTORRETIFICADA (ORTOFOTO), OBTIDA POR MEIO DE CAMERA AEROFOTOGRAFICA, EMBARCADA EM VEICULO AEREO NAO TRIPULADO (VANT)	UN	R\$ 4.166,91	R\$ 5.211,38
1.1.2	65002845	COPAS A	EQUIPE PARA LEVANTAMENTOS COM LASER SCANNER	DIA	R\$ 7.504,31	R\$ 9.385,33
1.1.3	43.01.01	SUDEC AP	EQUIPE DE TOPOGRAFIA - PROJETO	ME S	R\$ 19.555,15	R\$ 24.456,81
1.1.4	62.05.14	SUDEC AP	EQUIPE TOPOGRÁFICA P/ APOIO A PROJETOS	DIA	R\$ 1.414,31	R\$ 1.768,82
1.1.5	62.05.15	SUDEC AP	EQUIPE TOPOGRÁFICA P/ APOIO A OBRAS	DIA	R\$ 991,56	R\$ 1.240,10
1.2	INVESTIGAÇÕES GEOTÉCNICAS					
1.2.1	SONDAGEM SPT					
1.2.1.1	65.01.01	SUDEC AP	MOBILIZAÇÃO, INST. E DESMOBILIZAÇÃO P/EXECUÇÃO DE SONDAGEM À PERCUSSÃO (NBR 6484:2020)	UN	R\$ 1.200,00	R\$ 1.500,79
1.2.1.2	65.01.02	SUDEC AP	PERFURAÇÃO DE SOLO SONDAGEM À PERCUSSÃO (NBR 6484:2020)	M	R\$ 95,00	R\$ 118,81
1.2.1.3	65.01.03	SUDEC AP	DESMONTAGEM, TRANSPORTE E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS DE SONDAGEM A PERCUSSÃO POR FURO	UN	R\$ 400,00	R\$ 500,26
1.2.2	SONDAGEM A TRADO					
1.2.2.1	65.02.01	SUDEC AP	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONDAGEM A TRADO (NBR 9603:2015) DN 20CM	UN	R\$ 1.200,00	R\$ 1.500,79
1.2.2.2	65.02.02	SUDEC AP	PERFURAÇÃO DE SOLO SONDAGEM A TRADO (NBR 9603:2015) DN 20CM	M	R\$ 85,00	R\$ 106,31
1.2.3	SONDAGEM ROTATIVA					
1.2.3.1	65.06.01	SUDEC AP	MOBILIZACAO E DESMOBILIZACAO - SONDAGEM ROTATIVA NW	UN	R\$ 6.500,00	R\$ 8.129,28
1.2.3.2	65.06.02	SUDEC AP	INSTALACAO DE SONDAGEM ROTATIVA NW POR FURO	UN	R\$ 780,00	R\$ 975,51
1.2.3.3	65.06.03	SUDEC AP	PERFURACAO EM SOLO COM SONDAGEM ROTATIVA NW	M	R\$ 390,00	R\$ 487,76
1.2.3.4	65.06.04	SUDEC AP	PERFURACAO COM COROA DE WIDIA SONDAGEM ROTATIVA NW	M	R\$ 550,00	R\$ 687,86
1.2.3.5	65.06.05	SUDEC AP	PERFURACAO COM COROA DIAMANTADA SONDAGEM ROTATIVA NW	M	R\$ 875,00	R\$ 1.094,33
02	SERVIÇOS DE SUPERVISÃO TÉCNICA E APOIO ESPECIALIZADO					
2.1	APOIO TÉCNICO EM PROJETOS DE ENGENHARIA / SUPERVISÃO DE OBRAS					

2.1.1	CO-27339	SEINFR A MG	ENGENHEIRO/ARQUITETO, NÍVEL CONSULTOR, INCLUSIVE ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	R\$ 219,92	R\$ 275,04
2.1.2	CO-27342	SEINFR A MG	ENGENHEIRO/ARQUITETO, NÍVEL COORDENADOR, INCLUSIVE ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	R\$ 188,83	R\$ 236,16
2.1.3	CO-27344	SEINFR A MG	ENGENHEIRO/ARQUITETO, NÍVEL SÊNIOR, INCLUSIVE ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	R\$ 161,48	R\$ 201,96
2.1.4	CO-27347	SEINFR A MG	ENGENHEIRO/ARQUITETO, NÍVEL PLENO, INCLUSIVE ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	R\$ 144,00	R\$ 180,09
2.1.5	CO-27348	SEINFR A MG	ENGENHEIRO/ARQUITETO, NÍVEL JÚNIOR, INCLUSIVE ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	R\$ 126,52	R\$ 158,23
2.2	APOIO PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS					
2.2.1	45.02.01	SUDEC AP	GASOLINA	L	R\$ 5,75	R\$ 7,19
2.2.2	45.01.01	SUDEC AP	LOCAÇÃO VEÍCULO POPULAR MOTOR 1.0 C/ AR E SEGURO SEM COMBUSTÍVEL	ME S	R\$ 2.912,05	R\$ 3.641,98
2.2.3	45.01.05	SUDEC AP	LOCAÇÃO VEÍCULO UTILITÁRIO 4 PORTAS E 7 LUGARES C/ SEGURO SEM COMBUSTÍVEL	ME S	R\$ 5.264,05	R\$ 6.583,53
2.2.4	CO-27499	SEINFR A MG	DESLOCAMENTO INTERMUNICIPAL	km	R\$ 1,25	R\$ 1,56
2.2.5	CO-24324	SEINFR A MG	DIÁRIA DE VIAGEM COM OU SEM PERNOITE, INCLUSIVE ALIMENTAÇÃO	un	R\$ 258,00	R\$ 322,67
03	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS EXECUTIVOS					
3.1	PROJETOS DE EDIFICAÇÕES					
3.1.1	CO-27417	SEINFR A MG	ANTEPROJETO DE EDIFICAÇÃO - ÁREA > 3.000 M2	un	R\$ 13.524,38	R\$ 16.914,37
3.1.2	CO-27414	SEINFR A MG	ANTEPROJETO DE EDIFICAÇÃO - ÁREA <= 600 M2	un	R\$ 3.937,07	R\$ 4.923,93
3.1.3	CO-27416	SEINFR A MG	ANTEPROJETO DE EDIFICAÇÃO - 1.500 M2 < ÁREA <= 3.000 M2	un	R\$ 11.809,41	R\$ 14.769,53
3.1.4	CO-27415	SEINFR A MG	ANTEPROJETO DE EDIFICAÇÃO - 600 M2 < ÁREA <= 1.500 M2	un	R\$ 7.874,14	R\$ 9.847,86
3.1.5	CO-27486	SEINFR A MG	DESENHO DE CADASTRO DE CONSTRUÇÕES EXISTENTES	PR A1	R\$ 493,63	R\$ 617,36
3.1.6	CO-27422	SEINFR A MG	PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA	PR A1	R\$ 2.020,53	R\$ 2.526,99
3.1.7	CO-27476	SEINFR A MG	PROJETO EXECUTIVO DE PAISAGISMO	PR A1	R\$ 1.386,12	R\$ 1.733,56
3.1.8	CO-27424	SEINFR A MG	PROJETO EXECUTIVO DE TERRAPLENAGEM - PLANTA	PR A1	R\$ 1.202,00	R\$ 1.503,29
3.1.9	CO-27425	SEINFR A MG	PROJETO EXECUTIVO DE TERRAPLENAGEM - SEÇÕES	PR A1	R\$ 592,48	R\$ 740,99
3.1.10	CO-27426	SEINFR A MG	PROJETO EXECUTIVO DE DRENAGEM PLUVIAL	PR A1	R\$ 1.352,47	R\$ 1.691,48
3.1.11	CO-27427	SEINFR A MG	PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA DE CONCRETO	PR A1	R\$ 1.480,18	R\$ 1.851,20
3.1.12	CO-27428	SEINFR A MG	PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA METÁLICA	PR A1	R\$ 2.180,82	R\$ 2.727,46
3.1.13	CO-27472	SEINFR A MG	PROJETO EXECUTIVO LUMINOTÉCNICO	PR A1	R\$ 774,86	R\$ 969,08
3.1.14	CO-27431	SEINFR A MG	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	PR A1	R\$ 1.808,20	R\$ 2.261,44
3.1.15	CO-27433	SEINFR A MG	PROJETO EXECUTIVO DE INFRAESTRUTURA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO/CFTV/ALARME/SEGURANÇA/SONORIZAÇÃO	PR A1	R\$ 1.000,10	R\$ 1.250,78
3.1.16	CO-27434	SEINFR A MG	PROJETO EXECUTIVO DE SPDA	PR A1	R\$ 1.300,72	R\$ 1.626,76
3.1.17	CO-27430	SEINFR A MG	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	PR A1	R\$ 1.730,34	R\$ 2.164,06

3.1.18	CO-27468	SEINFR A MG	PROJETO EXECUTIVO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	PR A1	R\$ 1.730,34	R\$ 2.164,06
3.1.19	CO-27471	SEINFR A MG	PROJETO DE LAYOUT	PR A1	R\$ 932,27	R\$ 1.165,95
3.1.20	CO-27477	SEINFR A MG	PROJETO EXECUTIVO DE ACÚSTICA	PR A1	R\$ 1.574,51	R\$ 1.969,17
3.1.21	CO-27478	SEINFR A MG	PROJETO EXECUTIVO DE AQUECIMENTO SOLAR E REDE DE ÁGUA QUENTE	PR A1	R\$ 1.334,69	R\$ 1.669,24
3.1.22	CO-27429	SEINFR A MG	PROJETO EXECUTIVO DE AR CONDICIONADO/VENTILAÇÃO/CLIMATIZAÇÃO	PR A1	R\$ 1.808,20	R\$ 2.261,44
3.1.23	CO-27480	SEINFR A MG	PROJETO EXECUTIVO DE GASES MEDICINAIS	PR A1	R\$ 1.438,06	R\$ 1.798,52
3.1.24	CO-27481	SEINFR A MG	PROJETO EXECUTIVO DE GLP	PR A1	R\$ 1.296,44	R\$ 1.621,40
3.1.25	CO-27475	SEINFR A MG	PROJETO EXECUTIVO DE IMPERMEABILIZAÇÃO	PR A1	R\$ 1.664,20	R\$ 2.081,35
3.1.26	CO-27484	SEINFR A MG	VISTA TRATADA COLORIDA (50X70)CM	PR A1	R\$ 1.036,49	R\$ 1.296,29
3.1.27	CO-27483	SEINFR A MG	PERSPECTIVA COLORIDA (50X70)CM	un	R\$ 1.576,39	R\$ 1.971,52
3.2	PROJETOS DE INFRAESTRUTURA					
3.2.1	62.03.01	SUDEC AP	PROJETO GEOMETRICO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	KM	R\$ 7.820,41	R\$ 9.780,66
3.2.2	62.03.02	SUDEC AP	PROJETO DE TERRAPLENAGEM	KM	R\$ 2.763,49	R\$ 3.456,18
3.2.3	62.03.03	SUDEC AP	PROJETO DE CANALIZAÇÃO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	KM	R\$ 13.741,73	R\$ 17.186,20
3.2.4	62.03.04	SUDEC AP	PROJETO DE DRENAGEM EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	KM	R\$ 8.895,77	R\$ 11.125,57
3.2.5	62.03.07	SUDEC AP	PROJETO ESTRUTURAL DE CONTENCAO / CANAL EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	R\$ 1.534,14	R\$ 1.918,68
3.2.6	62.03.08	SUDEC AP	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO - VIA LOCAL EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	KM	R\$ 2.386,93	R\$ 2.985,23
3.2.7	62.03.09	SUDEC AP	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO - VIA COLETORA E PRIMARIA EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	KM	R\$ 3.739,33	R\$ 4.676,62
3.2.8	62.03.11	SUDEC AP	PROJETO DE SINALIZAÇÃO / DESVIO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	KM	R\$ 2.885,60	R\$ 3.608,90
3.2.9	62.03.12	SUDEC AP	PROJETO PAISAGISTICO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	KM	R\$ 1.969,50	R\$ 2.463,17
3.2.10	62.03.14	SUDEC AP	PROJETO OBRAS ARTES ESPECIAIS-PONTES,VIADUTOS,ETC EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	R\$ 3.194,97	R\$ 3.995,81
3.2.11	62.03.16	SUDEC AP	PROJETO ELETRICO / TELEFONIA / LOGICA EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	R\$ 1.817,49	R\$ 2.273,06
3.2.12	62.03.18	SUDEC AP	PROJETO DE INTERSEÇÃO - ESPECIAL EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	R\$ 4.372,55	R\$ 5.468,56
3.3	PROJETOS DE SANEAMENTO BÁSICO					
3.3.1	65002773	COPAS A	ESTUDOS DE CONCEPCAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA - SAA PORTE 2 - POPULACAO DE 5.000 ATE 15.000 HABITANTES.	UN	R\$ 99.682,32	R\$ 124.668,49
3.3.2	65001306	COPAS A	ANTEPROJETO - CAPTACAO SUPERFICIAL - Balsa/EAB - SAA DE MEDIO PORTE	UN	R\$ 7.587,19	R\$ 9.488,98
3.3.3	65001314	COPAS A	ANTEPROJETO - DESARENADOR - SAA DE MEDIO PORTE	UN	R\$ 3.049,78	R\$ 3.814,23
3.3.4	65001325	COPAS A	ANTEPROJETO - ESTACAO ELEVATORIA DE AGUA BRUTA - SAA DE MEDIO PORTE	UN	R\$ 4.432,03	R\$ 5.542,95
3.3.5	65002353	COPAS A	ANTEPROJETO - UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESIDUOS (UTR) - SAA DE PEQUENO E MEDIO PORTES	UN	R\$ 3.906,14	R\$ 4.885,25

3.3.6	65001332	COPAS A	DEFINICAO DE APARELHOS E ACESSORIOS - ADUTORA - SAA DE PEQUENO E MEDIO PORTES	KM	R\$ 384,39	R\$ 480,74
3.3.7	65002655	COPAS A	ADUTORAS - ESTUDO HIDRAULICO - PEQUENO E MEDIO PORTE	UN	R\$ 5.670,02	R\$ 7.091,26
3.3.8	65002656	COPAS A	ADUTORAS - PROJETO DE PEQUENO E MEDIO PORTE.	KM	R\$ 5.024,57	R\$ 6.284,02
3.3.9	65001477	COPAS A	DEFINICAO DAS ZONAS DE PRESSAO, CARREGAMENTO E SETORIZACAO DA REDE - RDA ATE 100 KM	KM	R\$ 71,70	R\$ 89,67
3.3.10	65001380	COPAS A	DEFINICAO DO PROCESSO - 60 L/S < Q < 120 L/S - UNID. TRATAMENTO - SAA MP	UN	R\$ 1.946,85	R\$ 2.434,84
3.3.11	65002654	COPAS A	ELEVATORIA DE AGUA BRUTA MEDIO PORTE	UN	R\$ 22.400,87	R\$ 28.015,83
3.3.12	65004563	COPAS A	ELEVATORIA DE SOBRENADANTE E DE LODO - UTR - (POTENCIA > 7,5CV ATE 25CV)	UN	R\$ 8.672,35	R\$ 10.846,14
3.3.13	65002684	COPAS A	UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESIDUO - PEQUENO E MEDIO PORTE	UN	R\$ 78.639,85	R\$ 98.351,56
3.3.14	65004554	COPAS A	IMPLANTACAO DAS UNIDADES PADROES QUE COMPOEM A UTR PARA ETA - PORTE 02 - VAZAO > 60 L/S ATE 120L/S	UN	R\$ 21.955,35	R\$ 27.458,63
3.3.15	65002683	COPAS A	PROJETO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO (KM).	KM	R\$ 968,23	R\$ 1.210,92
3.3.16	65002668	COPAS A	ETA - PROJETO ESPECIFICO/NOVA UNIDADE - PORTE 2 - 60 L/S < Q <= 120 L/S	UN	R\$ 86.608,25	R\$ 108.317,30
3.3.17	65002667	COPAS A	ETA - PROJETO IMPLANTAÇÃO GERAL / SISTEMAS COMPLEMENTARES - PORTE 2 - 60 L/S <(><<>) Q <(><<>)= 120 L/S.	UN	R\$ 34.226,15	R\$ 42.805,21
3.3.18	65001481	COPAS A	MEMORIA DESCRITIVA E DE CALCULOS - RDA ATE 100 KM	KM	R\$ 85,99	R\$ 107,54
3.3.19	65001377	COPAS A	MEMORIAL DESCRITIVO E DE CALCULO - Q ATE 60 L/S - UNID. TRATAMENTO - SAA PP	UN	R\$ 7.877,33	R\$ 9.851,85
3.3.20	65001378	COPAS A	ORCAMENTO - Q ATE 60 L/S - ETA S/UTR - SAA PP	UN	R\$ 16.933,75	R\$ 21.178,33
3.3.21	65001336	COPAS A	ORCAMENTO - ADUTORA - SAA DE PEQUENO E MEDIO PORTES	KM	R\$ 1.411,15	R\$ 1.764,87
3.3.22	65001507	COPAS A	ORCAMENTO DA REDE DE DISTRIBUICAO (RDA) PROJETADA - SAA DE PEQUENO E MEDIO PORTES	KM	R\$ 352,79	R\$ 441,22
3.3.23	65002769	COPAS A	ESTUDOS DE CONCEPCAO DE SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITARIO - SES PORTE 2 - POPULAÇÃO DE 5.000 ATE 15.000 HABITANTES.	UN	R\$ 110.541,44	R\$ 138.249,54
3.3.24	65001549	COPAS A	ESTUDO DE ALTERNATIVA DE PROCESSOS DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - ETE - SES	UN	R\$ 36.910,98	R\$ 46.163,01
3.3.25	65001531	COPAS A	ESTUDO GERAL DA LINHA DE RECALQUE - SES	UN	R\$ 5.670,02	R\$ 7.091,26
3.3.26	65001525	COPAS A	ANTEPROJETO - ESTACAO ELEVATORIA DE ESGOTOS - SES	UN	R\$ 3.970,49	R\$ 4.965,73
3.3.27	65001551	COPAS A	ANTEPROJETO - ESTACAO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - SES	UN	R\$ 3.906,14	R\$ 4.885,25
3.3.28	65001530	COPAS A	PROJETO DE LINHA DE RECALQUE - SES	KM	R\$ 4.114,84	R\$ 5.146,26
3.3.29	65001515	COPAS A	PROJETO DE REDE COLETORA - RCE - SES	KM	R\$ 2.506,49	R\$ 3.134,76
3.3.30	65004518	COPAS A	DECANTADOR PRIMARIO OU SECUNDARIO - ETE/SES - PORTE 2 - 15 <= VAZAO < 50 L/S	UN	R\$ 15.482,08	R\$ 19.362,79
3.3.31	65004490	COPAS A	FILTRO ANAEROBIO - ETE - SES - PORTE 2 - 15 <= VAZAO < 50 L/S	UN	R\$ 5.339,17	R\$ 6.677,48
3.3.32	65004514	COPAS A	FILTRO BIOLOGICO - ETE / SES - PORTE 2 - 15 <= VAZAO < 50 L/S.	UN	R\$ 15.482,08	R\$ 19.362,79

3.3.33	65003658	COPAS A	ELEVATORIA DE ESGOTO (25CV<=P<75CV)	UN	R\$ 20.216,56	R\$ 25.284,00
3.3.34	65002688	COPAS A	TRATAMENTO - ETE - PROJETO DE IMPLANTACAO GERAL E SISTEMAS COMPLEMENTARES.	UN	R\$ 48.241,49	R\$ 60.333,61
3.3.35	65002696	COPAS A	REATOR DE LODO ATIVADO CONVENCIONAL - ETE / SES.	UN	R\$ 29.626,85	R\$ 37.053,06
3.3.36	65001557	COPAS A	MEMORIAL DESCRITIVO E DE CALCULOS - ESTACAO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS - SES	UN	R\$ 7.877,33	R\$ 9.851,85
3.3.37	65001528	COPAS A	MEMORIAL DESCRITIVO E DE CALCULOS - ESTACAO ELEVATORIA DE ESGOTOS - SES	UN	R\$ 2.257,79	R\$ 2.823,72
3.3.38	65001517	COPAS A	ORCAMENTO - RCE - EXTENSÃO ACIMA DE 10 KM ATE 30 KM - SES	KM	R\$ 308,76	R\$ 386,15
3.3.39	65001545	COPAS A	ORCAMENTO - SISTEMA DE DESITRATACAO MECANIZADO - SES	UN	R\$ 5.378,32	R\$ 6.726,44
3.3.40	65001522	COPAS A	ORCAMENTO - INTERCEPTOR - EXTENSÃO DE 10 KM ATE 30 KM - SES	KM	R\$ 529,18	R\$ 661,82
04	DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR DE PROJETOS					
4.1	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA / MEMORIAL DESCRITIVO					
4.1.1	CO-27460	SEINFR A MG	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO DE CADA AMBIENTE E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÕES NOVAS - ÁREA ATÉ 1.000 M2	m2	R\$ 2,44	R\$ 3,05
4.1.2	CO-27459	SEINFR A MG	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO DE CADA AMBIENTE E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÕES NOVAS - ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	m2	R\$ 2,14	R\$ 2,68
4.1.3	CO-27458	SEINFR A MG	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO DE CADA AMBIENTE E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÕES NOVAS - ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2	m2	R\$ 1,83	R\$ 2,29
4.1.4	CO-27457	SEINFR A MG	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO DE CADA AMBIENTE E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÕES NOVAS - ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2	m2	R\$ 1,53	R\$ 1,91
4.1.5	CO-27453	SEINFR A MG	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO DE CADA AMBIENTE E EQUIPAMENTOS PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES- ÁREA ATÉ 1.000 M2	m2	R\$ 1,99	R\$ 2,49
4.1.6	CO-27452	SEINFR A MG	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO DE CADA AMBIENTE E EQUIPAMENTOS PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES - ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	m2	R\$ 1,77	R\$ 2,21
4.1.7	CO-27451	SEINFR A MG	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO DE CADA AMBIENTE E EQUIPAMENTOS PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES - ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2	m2	R\$ 1,50	R\$ 1,88
4.1.8	CO-27450	SEINFR A MG	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO DE CADA AMBIENTE E EQUIPAMENTOS PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES - ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2	m2	R\$ 1,25	R\$ 1,56
4.1.9	CO-27439	SEINFR A MG	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA	m2	R\$ 0,09	R\$ 0,11
4.2	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA					
4.2.1	CO-27390	SEINFR A MG	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA CONSTRUÇÕES NOVAS - ÁREA ATÉ 1.000 M2	m2	R\$ 4,97	R\$ 6,22
4.2.2	CO-27391	SEINFR A MG	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA CONSTRUÇÕES NOVAS - ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	m2	R\$ 4,32	R\$ 5,40
4.2.3	CO-27392	SEINFR A MG	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA CONSTRUÇÕES NOVAS - ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2	m2	R\$ 3,74	R\$ 4,68

4.2. 4	CO-27394	SEINFR A MG	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA CONSTRUÇÕES NOVAS - ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2	m2	R\$ 3,10	R\$ 3,88
4.2. 5	CO-27399	SEINFR A MG	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES - ÁREA ATÉ 1.000 M2	m2	R\$ 4,10	R\$ 5,13
4.2. 6	CO-27400	SEINFR A MG	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES - ÁREA DE 1.001 M2 A 2.000 M2	m2	R\$ 3,60	R\$ 4,50
4.2. 7	CO-27401	SEINFR A MG	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES - ÁREA DE 2.001 M2 A 4.000 M2	m2	R\$ 3,02	R\$ 3,78
4.2. 8	CO-27402	SEINFR A MG	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES - ÁREA DE 4.001 M2 A 6.000 M2	m2	R\$ 2,52	R\$ 3,15
4.2. 9	CO-27413	SEINFR A MG	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA	m2	R\$ 0,14	R\$ 0,18
05	CÓPIAS E PLOTAGENS					
5.1	PLOTAGENS, COPIAS E DIGITALIZAÇÕES					
5.1. 1	94.01.04	SUDECAP	CÓPIA XEROGRÁFICA PRETO/BRANCO - FORMATO A1	UN	R\$ 7,30	R\$ 9,13
5.1. 2	94.15.02	SUDECAP	PLOTAGEM COLORIDA SULFITE FORMATO A3 MÍNIMO 75G/M2	UN	R\$ 4,00	R\$ 5,00
5.1. 3	94.15.04	SUDECAP	PLOTAGEM COLORIDA SULFITE FORMATO A1 MÍNIMO 90G/M2	UN	R\$ 7,50	R\$ 9,38
5.1. 4	94.15.05	SUDECAP	PLOTAGEM COLORIDA SULFITE FORMATO A0 MÍNIMO 90G/M2	UN	R\$ 11,00	R\$ 13,76
5.1. 5	94.15.07	SUDECAP	PLOTAGEM COLORIDA SULFITE FORMATO A1 EXTENDIDO MÍNIMO 90G/M2	UN	R\$ 17,18	R\$ 21,49
5.1. 6	94.15.08	SUDECAP	PLOTAGEM COLORIDA SULFITE FORMATO A0 EXTENDIDO MÍNIMO 90G/M2	UN	R\$ 14,10	R\$ 17,63
5.1. 7	94.18.01	SUDECAP	DIGITALIZAÇÃO DE FORMATOS A0 (PDF OU EQUIVALENTE)	UN	R\$ 15,40	R\$ 19,26
5.1. 8	94.18.02	SUDECAP	DIGITALIZAÇÃO DE FORMATOS A1 (PDF OU EQUIVALENTE)	UN	R\$ 9,90	R\$ 12,38

DEMONSTRATIVO DO BDI - PROJETOS

BDI (CONFORME ACÓRDÃO Nº 2622/13 e LEI Nº 13.161 DE 31/08/15)

DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS	SIGLA	PROJETO	INCIDÊNCIA
		(ISS=2%)	
CUSTO DIRETO	CD	100,00%	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	3,70%	CD
LUCRO BRUTO	L	6,88%	CD
DESPESAS FINANCEIRAS	DF	0,86%	CD
SEGUROS, GARANTIAS E RISCO		1,41%	CD
SEGUROS + GARANTIAS	S	0,58%	CD
RISCO(*)	R	0,83%	CD
TRIBUTOS	I	9,40%	PV
ISS	ISS	2,00%	PV
PIS	PIS	1,32%	PV
COFINS	COFINS	6,08%	PV
CPRB	INSS	-	PV
FÓRMULA DO BDI	BDI =	$\frac{(1 + (AC + S + G + R)) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - (I + CPRB))}$	
	BDI(NUMERADOR)	13,31%	
	BDI(DENOMINADOR)	90,60%	
	BDI =	25,07%	

*Informamos que está em análise o pleito apresentado pelo Ofício nº 042/24-S, do Sindicato da Indústria da Construção Pesada de Minas Gerais (SICEPOT-MG), referente ao posicionamento do colegiado da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no AREsp nº 2.486.358/SP, relatado pelo Ministro Herman Benjamin, julgado em 13/05/2024, com publicação no DJe de 29/05/2024, que versa sobre a aplicação da dedução na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE			
CPU-001	LEVANTAMENTO POR IMAGEM AEREA ORTORRETIFICADA (ORTOFOTO), OBTIDA POR MEIO DE CAMERA AEROFOTOGRAMETRICA, EMBARCADA EM VEICULO AEREO NAO TRIPULADO (VANT)	UN			
A - EQUIPAMENTOS					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
93.21.03	RECEPTOR GPS PARA SISTEMA GNSS L1/L2 - PAR	MES	0,011111	3.400,00	37,78
PESQ. MERCADO	DJI ZENMUSE L2	UNID	0,011111	97.700,00	1.085,56
PESQ. MERCADO	BATERIA TB65 OU SIMILAR	UNID	0,066667	14.980,00	998,67
PESQ. MERCADO	DRONE MATRICE 350 OU SIMILAR	UNID	0,011111	44.761,50	497,35
TOTAL				2.619,36	
B - MAO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
CO-33075	ENGENHEIRO AGRIMENSOR, NÍVEL PLENO, INCLUSIVE ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	6,000000	135,42	812,52
56.15.01	DESENHISTA PROJETISTA - PROJETO	H	12,000000	34,64	415,68
57.31.01	TOPOGRAFO SÊNIOR - SUPERVISÃO	H	6,000000	35,26	211,56
TOTAL				1.439,76	
G - COMPOSICOES AUXILIARES					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
43.01.10	COMPUTADOR COM SOFTWARES (AUTOCAD, OFFICE)	H	24,000000	0,40	9,60
68.01.25	GASOLINA COMUM	L	0,020000	5,75	0,12
45.01.01	LOCACAO VEICULO POPULAR MOTOR 1.0 C/ AR E SEGURO SEM COMBUSTIVEL	MES	0,033333	2.912,05	97,07
CO-24324	DIÁRIA DE VIAGEM COM OU SEM PERNOITE, INCLUSIVE ALIMENTAÇÃO	un	1,000000	1,00	1,00
TOTAL				107,79	
TOTAL DA COMPOSIÇÃO				4.166,91	